

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções nº 817 a 819/2013 - DGP	2
	Atos Legislativos	
	Ata da 2220ª Sessão Ordinária - Íntegra	2
	Ata da 2239ª Sessão Ordinária - Íntegra	11
Ata de Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	15	
Reunião Conjunta das Comissões Permanentes	16	

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 817/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º CONSIDERAR o período de 01/08/2013 a 30/08/2013, usufruto de férias referentes ao exercício de 2012/2013 da servidora **Celene Maria de Oliveira Souza**, conforme Memo. nº 048/2013- CHAME-ALE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos 01/08/2013.

Palácio Antonio Martins, 8 de novembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remidio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 818/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º CONSIDERAR os períodos de 15/07/2011 a 29/07/2013 e 04/11/2013 a 18/11/2013, usufruto de férias referentes ao exercício de 2012/2013 da servidora **Gracineth Pereira Alves**, conforme Memo. nº 050/2013- CHAME-ALE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antonio Martins, 8 de novembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remidio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 819/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR a servidora **Marli Reinert Villar** usufruir 30 (trinta) dias de férias suspensas, no período de 01/11/2013 a 30/11/2013, referentes ao exercício de 2012/2013, conforme Memo. Nº 049/2013 – Consultoria Geral-GAB.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 01/11/2013.

Palácio Antonio Martins, 8 de novembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remidio Monai Montessi

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2241ª SESSÃO EM 25 DE SETEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA

ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADA CORONEL CHAGAS

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quadragésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convido os Senhores Deputados George Melo e Brito Bezerra para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários *Ad hoc* respectivamente.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Brito Bezerra**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação.

A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Requerimento s/n/13, de 24/09/13, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 010/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período;

- Requerimento s/n/13, de 24/09/13, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 009/13, alterada pela Resolução nº 016/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período;

- Requerimento s/n/13, de 24/09/13, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 024/13, alterada pela Resolução nº 026/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período;

- Requerimento s/n/13, de 24/09/13, da Comissão Especial Externa criada por meio da Resolução nº 006/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período;

- Memorando nº 054/13, de 23/09/13, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 24/09/13;

- Memorando nº 101/13, de 23/09/13, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 24/09/13;

- Indicação s/n/13, sem data, do Deputado Soldado Sampaio, para que se firme convênio com o Ministério da Justiça e a Caixa Econômica Federal com a finalidade de que os policiais militares e bombeiros militares possam ser beneficiários do Plano Nacional de

Habitação para Profissionais de Segurança Pública;

- Indicação s/n/13, sem data, do Deputado Soldado Sampaio, para as adequações nas instalações da 2ª Companhia Independente da Polícia Militar (2ª CIPM), no Município de Caracaraí;

- Indicação s/n/13, sem data, do Deputado Soldado Sampaio, para as adequações nas instalações da 3ª Companhia Independente da Polícia Militar (3ª CIPM), no Município de Rorainópolis;

- Indicação s/n/13, sem data, do Deputado Soldado Sampaio, para as adequações nas instalações da 1ª Companhia Independente da Polícia Militar (1ª CIPBM);

- Indicação s/n/13, sem data, do Deputado Soldado Sampaio, para as adequações nas instalações da Polícia Militar do Estado de Roraima e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima, visando dar dignidade e melhores condições de trabalhos milicianos ao gênero feminino.

EXTERNOS:

- Ofício Circular nº 034/13, de 19/09/13, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando que se encontra acessível aos jurisdicionados, na web, o Portal da Transparência deste TCE/RR;

- Ofício Circular nº 02/13, de 20/09/13, do Ministério da Fazenda, encaminhando um exemplar da revista fato gerador, com notícias e resultados das ações do 2º semestre de 2012 da Receita Federal do Brasil.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) –Procede à Chamada.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores, funcionários, amigos, imprensa de um modo geral, sejam todos bem-vindo a cada do povo.

Primeiro, Senhor Presidente, quero lamentar, com relação às inscrições no livro do Grande Expediente, pois quando me inscrevi, eu era o único Orador inscrito, e tenho como provar, porque meu assessor tirou foto do livro constando apenas o meu nome, mas no momento que chego à Sessão, encontro vários nomes. Então, quero dizer que estou cansado dessa situação. Às vezes, quando quero me pronunciar primeiro, chego aqui cedo e sou o último Orador.

Quero dizer que já conversei com o Presidente Chico Guerra, com os outros membros da Mesa, inclusive tenho fotos do livro desde o dia 16 de março de 2013. É lamentável, pois entendo que a Casa não sabe que rumo tomar.

Quero deixar registrado a minha insatisfação. Se me permitirem, posso deixartodas as fotos desde o dia 13 de março de 2013.

Mas, como diz o ditado: “Os últimos serão os primeiros”. Quería chamar o Senhor Iran Albuquerque, da ANATEL, de irresponsável, pois a briga é feia. Quero dizer ainda que a CPI da Telefonia Móvel foi instalada com a aprovação unânime dos Senhores Deputados, 21 assinaturas. E, pasmem os Senhores, eu fui procurado pela imprensa da Amazônia para dar algumas informações sobre a questão da CPI da Telefonia, pois fui recentemente a Manaus e falei com o Presidente da CPI daquele Estado, um parceiro que tem feito o impossível, juntamente com o Coronel Chagas, da CPI de Roraima. Muitas vezes contribuimos para que os funcionários possam se deslocar em busca das autoridades, pois queremos fazer com que o cidadão alcance seu objetivo. Eu como Presidente da Comissão dos Direitos do Consumidor, quero dizer que vamos até o fim, razão pela qual, quero parabenizar, juntamente com os Deputados Erci, Flamarion, Brito e Chagas porque a CPI não terminará em pizza.

Para vocês terem uma ideia, a primeira oitiva, no dia 28 de maio, teve a participação da OAB/RR. Na segunda oitiva, no dia 29 de maio, o Ministério Público estava presente e, sucessivamente, na terceira, na quarta e na quinta o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o PROCON da ALE. A sexta, esta, infelizmente, como foi dito em Manaus, já peguei informação hoje cedo do Presidente da Câmara de Foz de Iguaçu, que também foi chamado para participar da CPI sobre a questão da má assistência da telefonia no Brasil. Em todas, coincidentemente, nós, eu o Presidente Chagas e o Deputado Erci, discutimos, porque eles dizem que não podem vir devido à doença. Então, vou usar as palavras do meu Presidente: “deu epidemia neles só nos dias das Audiências”. Isso nós não vamos deixar passar em branco. O Senhor Inalberque, segundo o que vi no relato aqui na reunião da CPI, na segunda-feira, e hoje teremos outra reunião, não poderia vir do Estado do Amazonas para Roraima devido a questões financeiras. Então, a empresa dele deve estar falida ou quebrada, porque mesmo que venha de avião, na Azul e na Trip há promoção de passagem no valor

de 175 reais, e podem olhar no site hoje que está 106 reais, mais barata do que a passagem de ônibus. A ANATEL nos enviou uma justificativa de que não pode mandar um representante a esta Casa porque não tem orçamento e queo rapaz está doente. Fico preocupado, porque a CPI de Roraima é uma das que mais avançou. Para vocês terem uma ideia, no Amazonas, dividiram em três as comissões. Ficaram somente três relatores, devido a tantos problemas que têm no Amazonas e às dificuldades acesso aos interiores feito por via fluvial. São três relatores, um para a telefonia fixa, outro para a móvel e um para a internet, e lá o negócio está pegando fogo, o último que foi chamado e não compareceu à Assembleia do Amazonas, pediram apoio policial e quando falaram para a pessoa que ela iria ser chamada via escolta policial, na mesma hora essa pessoa pediu para ser ouvida, quer dizer, as coisas só funcionam se for assim.

Então, quero lamentar esses fatos, mas as oitivas foram muito boas. Quero ainda parabenizar todos os servidores que estão dando apoio a esta CPI, e também dizer que ela tem alcançado um espaço muito grande. Já estivemos em Bonfim, em Pacaraima, no sul do Estado, onde não pude ir, porque estava de resolução, mas fiz questão de estar nos demais municípios.

Então, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que a ANATEL deve sim ser responsabilizada, pois são muitos milhões gastos pela sociedade e desviados para essa empresa, que nos diz que não poderá mandar o funcionário para a oitiva, porque ele se encontra enfermo e porque também não tem orçamento para bancar sua vinda até Boa Vista.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado Ivo Som, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e tentar contribuir com algumas informações. Realmente a ANATEL tem se negado a comparecer para prestar depoimento nas CPIs instaladas nas Assembleias Legislativas, alegando problemas de saúde de seus representantes. Nós somos o quarto ou quinto Estado que recebe essa justificativa, dizendo que o representante da ANATEL está com problemas de saúde. Nós sempre acreditamos na boa-fé das pessoas, especialmente quando alguém está imbuído de um cargo como esse, tão importante para as telecomunicações. Ontem, em uma reunião da CPI, diante dessa justificativa, nós deliberamos, como Vossa Excelência bem sabe, e encaminhamos essa justificativa à Procuradoria Jurídica da Casa, pedindo a sua manifestação. Remarcamos uma nova data e acreditamos que até lá, vamos orar, essa autoridade tenha se recuperado dessa convalescência, já que ele não veio para Audiência Pública realizada no início do mês sob a mesma alegação, problemas de saúde, e remarcamos para o dia 08 de outubro. Ora, se uma pessoa fica afastada por mais de 30 dias, ele tem que pegar licença médica e ser nomeado um substituto. Acreditamos que até lá ele já tinha se recuperado ou alguém tinha sido nomeado no seu lugar. Vamos acreditar que ele compareça, pois sabemos que a ANATEL deveria ser a primeira instituição a levantar essa bandeira da fiscalização, porque esse é o papel das telecomunicações, das empresas de concessões, contribuir com o cidadão brasileiro, com o cidadão roraimense, no sentido de termos um serviço de telefonia de primeira qualidade, para que possamos ligar, de qualquer parte do Estado, e termos cobertura de rede, sem problemas de queda de ligação, e uma internet de qualidade. Mas, infelizmente a ANATEL tem se recusado a contribuir, não está cumprindo com o seu papel, e tem medo de comparecer a uma CPI. Então, o Senhor pode ter certeza, Deputado Ivo Som, Vossa Excelência que é Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor nesta Casa, que juntos vamos trabalhar e fazer o diagnóstico da telefonia em nosso Estado e apontar soluções que têm que ser tomadas, para termos um serviço de qualidade. E, sua contribuição neste sentido tem sido muito importante. Não vamos nos apeguar, vamos trazer as autoridades aqui, para serem ouvidas, e se não vierem, vamos aplicar o que diz a legislação no tocante a isso, que venham por meio de escolta policial. Obrigado!

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua – Obrigado, Deputado Chagas. Quero aqui agradecer a Folha de Boa Vista que fez menção a CPI da Telefonia: “tudo indique as autoridades federais não estão nem aí, e nem dando a mínima para a CPI da Telefonia.” Também destacou a insatisfação do Presidente da CPI, que falou que mesmo em caso de doença, a empresa deve mandar um representante.

Acho que todos os Deputados têm o direito de falar. Agora, quando começa o meu direito, termina o do meu amigo. Quando eu quiser falar após o encerramento das inscrições do Grande Expediente, eu gostaria que riscassem o meu nome.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** –

Quero contribuir com Vossa Excelência, dizendo que não foi a primeira vez que isso aconteceu. Já aconteceu com Vossa Excelência e também comigo. Como cada um tem o tempo de 20 minutos, e o tempo estipulado é muito para mim, eu concedo a Vossa Excelência 10 minutos do meu tempo para que dê continuidade ao seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua- Agradeço a gentileza, mas deixo para outra oportunidade.

O brilho do parlamento é isso. Ontem, eu ouvi um Senador falar que o Senado, nem a Câmara não teria brilho, ou seja, as vozes dos parlamentares em defesa da sociedade, se não falássemos, mas quando falamos, muitas das vezes não somos ouvidos, imagina se nós não falássemos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú**- O Deputado Chagas tem feito um brilhante trabalho, indo a todos os Municípios, ouvindo depoimentos... mas não fique com raiva dos que colocam atestado médico dizendo que não podem vir. Não existe nenhum instrumento no Parlamento mas forte que uma CPI, eles só fazem isso por que fazem parte do quadro da União, se a CPI fosse no Congresso Nacional, eles não fariam isso, por que iriam os Policiais nas casa deles e trariam para dá o depoimento, como a CPI a nível estadual, ela não tem competência para convocar A ou B, ou seja, uma pessoa vem se quiser, ela é convidada. Quando a CPI tem poder de polícia... ela tem feito o seu papel, eu tenho acompanhado, foi colhido depoimento, vai ser feito um Relatório. E é só isso que podemos fazer em nível de Assembleia Legislativa, nós fizemos uma grande audiência aqui, que trata da condição do turista brasileiro no país vizinho, a Venezuela, e a agente fica de uma certa forma sem saber o que fazer, por que trata de relação de dois países, aí tem o Ministério das Relações Exteriores, a Presidência da República, e a gente ver que o Deputado Estadual não alcança aquele teto, ele é muito pequeno, há uma invasão de competência, até o Congresso Nacional não gostam quando a Assembleia se mente em matéria que é especificamente deles, eles acham que os Deputados Estaduais estão se metendo na sua competência e há uma invasão de fórum de competência. Portanto não fique triste com isso, o seu discurso é brilhante, Vossa Excelência está fazendo um brilhante trabalho como Presidente, eu acredito que deva continuar até a finalização dos trabalhos. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua – quero dizer que esta CPI ...prestem atenção! Uma coisa o Deputado Xingú me chamou atenção quando se fala em outro país! Você ao adentra em Santa Helena ou Venezuela, vocês recebem uma mensagem pelo telefone parecida com esta aqui. “Você acabou de usar a telefonia móvel internacional. Tarifa 4,99.” Se você entrar 5, 10 vezes você recebe essa mensagem, as vezes a pessoa tem um telefone de linha e não recebe esta mensagem, preste atenção na sua conta que no final do mês você vai ver lá como chamadas excedidas, mas não são chamadas excedidas, foi o tanto de vezes que você entrou em uma área e saiu, aí você não dá atenção e está lá 49,90. Vá a uma agência de telefonia móvel e peça a sua conta detalhada que estará lá! Então, isso é um meio de burlar a sociedade, isso é um meio de roubar e assaltar a sociedade brasileira. Por que é que as vezes na Venezuela se passa 10 a 15 minutos no telefone e quando vai pagar a conta e quando vai pagar não dá 3 reais, e por que aqui no Brasil tem 20 reais de crédito e vai fazer uma ligação já chega a mensagem. “ seus créditos estão esgotados.” É por que você não entendem! É que a ligação internacional que você fez já comeu seus créditos.

No Amazônas quando pediram as contas detalhadas da ANEL, ela não mandou! Ela não manda! Só diz serviços! Mas não diz onde, nem o que, e hoje a denúncia número do PROCON de São Paulo é a telefonia, por que eles não dão o detalhamento da despesa, resumindo, todo brasileiro está sendo enganado, por essa tal de telecomunicações, prestem atenção! As vezes você pensa que é 2 reais, mas no final do mês faz a diferença, imaginem uma quantidade duzentos milhões de habitantes que das linha confirmadas já temos 300 milhões de telefones. É isso que elas não querem ver e a nós cabe fiscalizar, denunciar e saber que a CPI não irá terminar em pizza. Elas vai até o fim se Deus quiser, como foi em 2009, com a CPI da Energia Elétrica aqui em Roraima.

Para finalizar quero agradecer, Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato de Melo que esteve ontem aqui na Assembleia explicando a LDO, que já se encontra com o Deputado Célio Wanderley, Presidente da Comissão.

Quero agradecer os Senhores Deputados Flamarion, Aurelina, Célio e eu, e ouvimos atentamente as explicações do Secretário juntamente com os funcionários da Secretaria de Planejamento, Dona Nelcy representando o Secretário Haroldo Amoras. Qual quer informação, os Senhores Deputados poderão pedir de qualquer um de

nos da Comissão. Também quero parabenizar o Deputado Flamarion quando ontem contestou muitas coisas pontuais e vamos ter uma nova reunião. Muito obrigado senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** –Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, amigos da imprensa, venho à tribuna desta Casa hoje e depois de ouvir as palavras do Deputado Ivo Som com relação à questão de inscrição no livro do Grande Expediente, nada posso dizer além de concordar com ele, pois, esses fatos realmente são corriqueiros e acontecem sempre nesta Casa. Parece até que já teríamos que ter feito uma emenda no Regimento para permitir isso, essa não foi a primeira vez e nem será a última certamente. Mas, Senhora Presidente, amigos da imprensa, venho à tribuna falar sobre um assunto o qual grande parte dele já é de conhecimento de todos, embora muita gente não tenha tido a oportunidade de acompanhar de perto por que o fato não chegou aqui no Estado de Roraima. Estou falando sobre a grande matéria veiculada na Revista Veja, que não chegaram às bancas do Estado e as que chegaram foram subitamente subtraídas, compradas por uma única pessoa. Estou falando dessa matéria hoje por que ela vai mais além, a Revista Veja trouxe no seu bojo uma reportagem de duas páginas com a mansão de propriedade do Governador e da esposa dele, aqui na região da água boa. Uma mansão avaliada em mais de dois milhões de reais e o que nos causa estranheza é que o governador está há quase dois anos que não recebe salário, pois o mesmo está penhorado pela justiça do trabalho. Mas, o que me causa estranheza é que na imprensa de Roraima, pouco se falou do assunto e trata-se de uma matéria grande, veiculada a nível nacional e não se ouviu nenhuma rádio, nenhum canal de televisão falar uma vírgula sobre a matéria, muito pelo contrário, usaram outros meios escusos, a mentira, as falácias para distorcer as coisas e para tirar a atenção das pessoas para a matéria. O novo jornal do Governo, o jornal chapa branca, deveria se chamar jornal do Governo pois vai servir única e exclusivamente para dar porrada na oposição especialmente em mim, que sou o bode feio ou bonito da oposição, tudo aqui, o culpado sou eu. Não falaram nada, nenhuma linha sobre a grande matéria publicada pela Veja, também não falaram uma vírgula sobre o afastamento do Desembargador Gursen de Miranda, que foi afastado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por 14 votos a 1 e esses meios de comunicação ligados ao Governo não deram uma vírgula, mas se fosse qualquer coisa, por menor que fosse, com qualquer um dos membros da oposição, esses meios de comunicação se arvorariam de uma verdade imensa, não procurariam nem saber a verdade e iriam detonar com os membros da oposição, como fazem sempre, qualquer vírgula, qualquer palavra, mudam o discurso, mudam o contexto e atacam de forma impiedosa a imagem e a honra das pessoas. Agora, para minha surpresa maior, é que logo após a matéria da revista Veja, semana passada, estranhamente, um jornalista do Jornal O Globo me ligou querendo fazer uma matéria comigo a nível nacional, agora, o cara diz que quer fazer uma matéria comigo a nível nacional, por que disse estar fazendo um livro e quer colocar no livro dele alguns políticos que tiveram o patrimônio aumentado nos últimos dez anos e eu fui um dos escolhidos, para uma matéria a nível nacional. Será que sou mais importante que o Senador Renan Calheiros? Será que sou mais importante que o Governador de Roraima? Perguntei a ele se tinha mais alguém de Roraima na lista dele para ser entrevistado e ele respondeu que não, eu seria o único a ser entrevistado no Estado. Estranho não é. Será que sou mais importante que o Senador Romero Jucá? Será que sou mais rico do que o Senador Romero Jucá? Será que sou tão rico ou mais rico que o Governador José de Anchieta? Ou será que tem alguns que escondem seu patrimônio por que não tem como declarar e mostrar para a Receita Federal. Eles só sabem do meu patrimônio porque eu declaro na Receita Federal, se não declarasse eles nada saberiam do meu patrimônio. Poderia fazer igual alguns aí, que dizem não possuem bens nenhum. Isso não seria uma cara de pau de algumas pessoas dizerem que não tem bens nenhum? Por mais pobre que uma pessoa seja, com tantos anos de vida que trabalhou, se não tem bem nenhum é porque nunca trabalhou. Existem alguns políticos nesse Estado importantes que declaram que não têm bens nenhum.

Será que vou dar ibope para essa matéria e para o livro do coitado do escritor, mais do que o Senador Sarney? Mais do que o filho do Lula que virou o dono da Friboi de repente? Será que eu vou dar ibope? Nada disso. O rapaz tem em mãos um dossiê falso, covarde que foi feito por dois Deputados desta Casa, todo mundo sabe quem foi. Sem assinatura deles, e eu já denunciei isso há muito tempo. E de posse desse dossiê, que nenhum órgão da imprensa de forma clara e objetiva daria

essa matéria, a não ser que fosse uma matéria paga, como é o caso dessa que vai sair, para poder me difamar, porque o que consta no dossiê é mentiroso, covarde tanto é que as pessoas não assinaram. Por que se fosse verdadeiro teriam assinado, se as pessoas que fizeram a denúncia, tivessem coragem, assinariam. Ora, não fui eu o responsável pela matéria da Revista Veja, a final de contas os trabalhadores deste Estado ficaram quase 40 dias aqui no plenário da Assembleia e a mansão do Governador é visível, não precisa ninguém sair procurando. Mas se perguntarem para mim, “o repórter da revista Veja te ligou?” Ligou, conversei comigo, como conversei com vários Deputados aqui, inclusive com o Governador. Ligou para várias pessoas aqui. Agora, daí até eu ser o responsável pela matéria, não tenho essa influência. Ca Revista Veja, mas não estou aqui pedindo clemência não, muito pelo contrário eu só gostaria que os meios de comunicação ligados ao governo do Estado tivessem a mesma dosagem, o mesmo peso e a mesma medida, de falar também das matérias que saem contra o Governador. O Governador e grupo governista quando sai qualquer contra eles, esses meios de comunicação se calam de forma branda. E como é que eles se saem? Atacando algum membro da oposição. Por que será que os meios de governista não dão uma vírgula sobre a saída do Desembargador Gursen de Miranda? Ficou até esquisito. Parece que o Desembargador tinha um lado e o que parece é que esses meios de comunicação não são imparciais. Não tenho nada contra a pessoa do Desembargador Gursen de Miranda, nada contra a pessoa do Governador, agora, as verdades, se é verdade, tem que está em todos os meios de comunicação. Os meios de comunicação têm ser usado para dizer a verdade, não apenas para atacar um determinado grupo de oposição, daqueles que não aceitam os desmandos que acontecem aqui. Por que será que os jornais, os meios de comunicação ligados ao governo não escrevem uma vírgula com relação ao caos que atravessa a saúde pública do nosso Estado? Por que será que eles não escrevem uma vírgula, não dão uma notícia do hospital geral que tem filas e filas de pessoas esperando uma consulta? Filas e filas de pessoas esperando uma cirurgia. Filas e filas de pessoas para conseguir um TFD para se tratar fora à domicílio. Por que os jornais, os canais de televisão, a imprensa do governo não dão uma vírgula a respeito disso? Por que será que os meios de comunicação do governo não dão uma vírgula com relação a questão da educação do nosso Estado, que está acabada, e que tem o maior orçamento do Estado, mas falta merenda escolar de melhor qualidade nas escolas. Com o maior orçamento que o Estado tem, não há nas escolas qualidade e nem instrumento necessário para os professores possam de forma tranqüila ministrar suas aulas. O que você vê nas nossas escolas, são alunos e professores desmotivados, as escolas desmoronando e o dinheiro jorrando na secretaria, mas para outros caminhos, para outros canais. E esses meios de comunicação não dizem uma palavra. Vejam Senhores Deputados Brito, Soldado, Aurelina, que acompanharam no sul do Estado, a questão do Zonamento Econômico Ecológico que está acontecendo, uma assunto importantíssimo para o nosso Estado. Agora, o município de Caroebe, Baliza, São Luiz e Rorainópolis, vão ficar extremamente prejudicados. Vejam os Senhores que o município de Rorainópolis vai ficar com pouco mais de 40 mil hectares de terras para todos os trabalhadores que vivem lá e para todos aqueles que quiserem ir para lá investir para o resto da vida. O município de São João da Baliza, pior ainda, 20 mil hectares apenas, mas a imprensa governista não diz nada disso, até porque não tem como dizer, sabem porque? Por que o Senhor Bambrila, do Paraná, sozinho vai ter mais terras em Roraima do que o Município de São João da Baliza para todas as suas famílias, para toda a eternidade. O Senhor Bambrila sozinho tem trinta mil hectares de terras e o Município de São João vai ter vinte mil, hectares. Sozinho também, o senhor Yamashita tem mais de quarenta mil hectares de terras, enquanto o Município de Rorainópolis com mais de trinta mil habitantes vai ter quarenta mil hectares. Então, por que será que a imprensa não fala tudo isso. Mas, podem esperar, esperem os senhores Deputados Ivo som, Deputados governistas, que quando sair essa mal fadada matéria contra mim. Podem esperar, aí comprem os jornais governista e liguem nos programas de televisão deles que vai estar a porrada no Mecias de Jesus o tempo todo, aí o Estado todo vai saber, nenhuma vírgula sobre o escândalo da mansão, mas vai estar difamando o Deputado da oposição, mas não tem problema não, eu mesmo, quando sair a matéria venho para a tribuna para ler a matéria para todo mundo ouvir. Só não tenho as rádios, não tenho o jornal, nem os canais de televisão, mas tenho meu nome limpo e a disposição de todo o povo de Roraima.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Deputado, não vou entrar no mérito das questões das comunicações, mas é como Vossa Excelência disse, tem Senador, tem Chico, tem Zé, nada como um dia atrás do

outro, o melhor dia é o dia de amanhã, o dia de amanhã provará a verdade. Mas, quando se fala na saúde e na educação, segundo os dados do bolsa família nacional, Roraima está em primeiro lugar e isso está na mídia nacional, vi ontem, Roraima está em primeiro lugar no quesito de manter os alunos dentro da sala de aula, de acordo com os dados do bolsa família do Governo Federal. Segundo dados do Ministério da Educação, Roraima é o terceiro Estado que paga melhor aos seus professores, segundo o MEC, se estiver errado é de lá. Quando se fala na saúde, ontem estive com a dona Itelvina que está esperando o dinheiro de uma cirurgia desde sábado e segundo informações da direção da saúde, aí posso dizer por que ouvi de um diretor de lá, que existem pessoas que deixam de ser atendidas na Unimed, tem empresários e políticos, que deixam de fazer suas consultas na Unimed, às vezes até por falta de equipamentos, e correm para o HGR para fazer tomografias e raio x. Até concordo que a demanda é grande, mas a demanda também é, por que as pessoas estão deixando de procurar a Unimed e os postos do Município e indo direto para o HGR. Agora quanto as denúncias, vou deixar para Vossa Excelência, pois o senhor já disse tudo, pois sei que quando for atacado saberá se defender com responsabilidade. Agora sobre a saúde e a educação, não pude deixar de falar pois são dados que vi na mídia nacional. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Antes de ontem, acompanhei e certamente todos os Deputados que estavam lá também acompanharam na audiência em Rorainópolis e ontem em Baliza o relatório apresentado pelo Dr. Daniel Gianlupi a quem considero um homem correto, nada contra ele e como ele mesmo disse, na hora em que foi contestado, disse que estava apenas publicando dados oficiais que foram repassados para ele. Mas, nesses dados oficiais que foram repassados para ele, falava que Roraima tinha 99,9% das famílias de Roraima atendidas no Programa Luz para Todos, foi uma graça para as pessoas, quem fez esses dados oficiais? 99,60% do Estado de Roraima tinha energia elétrica, na estatística do Daniel Gianlupi, nós somos o Estado mais atrasado no Luz Para Todos, o Estado que menos tem saneamento básico e ele colocou que 90% tem saneamento básico no Estado, coleta de lixo 97% da população tem o serviço da coleta de lixo, água 95,80% tem o serviço de água encanada em casa, quem fez esses dados? Foi o governo do Estado.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu estava em Rorainópolis também, eu vi esses dados eu lembro bem dos dados de energia elétrica, eram dados de 2010 e a fonte é o IBGE.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Tem outro dado impressionante que ele diz que os 15 municípios do Estado estão ligados asfálticamente. Onde estão esses municípios? Essas pessoas precisam conhecer o Uiramutã, Normandia, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e tem que ir de carro porque de avião vão achar que tem asfalto mesmo. Esses dados são os mesmos que passaram da saúde porque os dados da saúde que é a primeira da região norte são de pessoas que nunca foram no hospital geral para ver as filas de pessoas no chão, nos corredores, pessoas que nunca foram nas escolas. São esses dados que estamos contestando.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Primeiro o nome desse rapaz que tem 30 mil hectares de terras que é para o Joaquin incluir ele aqui no levantamento sócio econômico para abrir um novo município e ele vai ser o prefeito de lá. Com relação a coleta de lixo no meu entendimento é uma matéria exclusivamente dos prefeitos e isso na cidade de Boa Vista moram 70% da população desse Estado. O prefeito anterior que era um prefeito da oposição e continua na oposição, as ruas de Boa Vista viraram vicinal e hoje a prefeita Tereza tem feito um serviço que a olho nu qualquer pessoa percebe que já melhorou 100% do que estava. Com relação ao zoneamento também causa estranheza dizer que um município do tamanho de Rorainópolis que é o único município que se desenvolve no interior do Estado, ter apenas 40 mil hectares de terras para o seu desenvolvimento. Gianlupi já está há três anos a frente do IAT fazendo o zoneamento, ele é o responsável para responder isso, mais eu vou procurar saber porque é uma informação muito valiosa e essa Casa precisa criar uma comissão para acompanhar isso de perto.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Esses dados foram transmitidos pelo Senhor Daniel Gianlupi e essa é a proposta que deve vir para cá, a Audiência Pública que estava lá era para ouvir a população se era contra ou a favor, porque essas terras que estão sendo localadas lá, 113 mil hectares de terras do município de São João da Baliza esta indo para uma flona estadual e 36 mil hectares de terras do município de Rorainópolis também esta indo para esta mesma flona, essa flona ficaria com 149 mil hectares. As pessoas não se preocupam mais com a

dignidade das pessoas, com a honra, o direito das pessoas, com o futuro desse Estado. Uma só pessoa vai ficar com 30 mil hectares de terras documentadas e um município inteiro vai ficar com 20 mil hectares de terras. Isso é sem dúvida nenhuma um absurdo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Eu venho de uma certa forma acompanhando, não com esse nível de detalhamento, é uma questão que preocupa muito. O zoneamento todos sabem que esta sendo protelado há muito tempo, primeiro tínhamos que aguardar a aprovação do código florestal para fazermos o zoneamento. Nós aqui na Assembleia deveríamos para que tomássemos conhecimento e até mesmo antes do Gianllupi convocar essas reuniões, ele deveria ter feito uma apresentação para nós aqui na Assembleia, já que seremos nós quem vamos aprovar. Se esses dados ele aceitou colocar dentro do relatório para apresentar às comunidades, eu acho que é de um irresponsabilidade sem tamanho. Quanto a questão das flonas, foi feita uma reunião, onde envolveu, a Secretaria de Planejamento, o Instituto de Floresta, a FEMACT, INCRA, IBAMA, Terra Legal, o Instituto Chico Mendes, foram feitas duas reuniões onde eles pretendiam fazer uma proposta que eles estão fazendo, e eu acho que o momento é a única forma que temos de bloquear ou diminuir, ou tentar negociar e bloqueando nas audiências públicas, se aprovado nas audiências públicas, tchau, tchau, não adianta ir para justiça. A Ilha de Maracá que eles querem ampliar lá atrás onde não tem ocupação, tudo bem, nós já estamos tão sofridos com essas desapropriações e que não foi reassentamento de ninguém, nós vamos mexer nessa pouca população que ainda tem, como no caso de São Luiz, eu vi o mapa onde a flona pega uma área habitada, com vicinais. Porque não negociar para deixar pelo menos essas áreas que já foram colonizadas? Terça ou quarta feira poderíamos solicitar para que ele fizesse uma apresentação para nós. Quanto a questão das áreas já demarcadas ainda tem a ampliação das áreas de amortização que eles querem. Antes dele levar essas questões para os municípios eu acho que deveríamos tomar conhecimento. A não aprovação nas audiências públicas desse zoneamento vai atrasar esse Estado em mais 20 anos. Por isso que eu digo que a responsabilidade desse zoneamento é fundamental para esse Estado, é a peça chave para o seu desenvolvimento, mas também não podemos fazer uma, duas pessoas tomar essa decisão sozinhos em nome da sociedade roraimense.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Isso foi colocado claramente pelos Deputados que estavam lá, a vice-presidente da Casa estava lá e ela colocou isso bem claro e todos os Deputados que estavam lá deixaram bem claro que íamos ajeitar isso agora para não dar problema na Assembleia. Mas se a questão for a aprovação nas audiências públicas esta zerado, porque nas audiências públicas 99% da população disse não.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhoras e Senhores Deputados, quero louvar seu pronunciamento que, como sempre, de forma brilhante, queria também louvar os apartes que me antecederam. Eu procuro analisar tanto o FPM de alguns municípios e FPE do Estado, em 2011, logo após o processamento do censo de 2010, o município de Boa Vista além daquela queda de índice que já havia ocorrido ele perdeu 0,3% e eu fui procurar saber porque. Esse índice caiu em função da detecção do censo de 2010 ter demonstrado uma elevação per capita por habitante de Boa Vista. O recebimento valoroso de vários convênios. Nós sabemos que os repasses de FPE e FPM só inversamente proporcional ao bem estar, a riqueza, São Paulo recebe muito menos FPE do que Pernambuco ou Roraima e é um Estado Rico, com condições e desenvolvimento elevado. Aí quando eu vejo o percentual elevando de saneamento básico que eleva o IDH, quando eu vejo 99% de casas com energia, quando eu vejo que todos os Municípios são ligado com estradas asfaltas, são informações inverídicas, mas se tornam verdadeira pelo fato de constar em relatório sistematizado do IBGE, vocês podem ter certeza, isso vai contribuir para que as receitas voluntárias para o Estado de Roraima podem até diminuir, por que está demonstrando algo que não é real, por que é diferente, o Município não está ligado por asfalto, não tem água universalizado, não tem tratamento de esgoto sanitário, não tem energia elétrica do que constar oficialmente e tudo isso está consignado, está usufruto da população. Então, eu até passo a me preocupar com a ameaça de amanhã nós cairmos até de índice, em função de informações não verdadeiras, eu acho até importante a gente, através de qualquer comissão procurar se iterar disso mais profundamente, o que a gente está vendo são os repasses já gritando socorro, ontem o Secretário Renato Maciel esteve aqui, hoje eu acabei de receber oficialmente, o Estado de Roraima recebeu dia 20 algo em torno de nove milhões de reais, é um repasse mínimo para uma unidade da

federação, sei que a receita nacional está tendo os seus percalce, mas essa informação eu acho que realmente carece por parte de Comissão de Orçamento um estudo mais cauteloso, uma audiência se possível com o IBGE, para nos sabermos de onde ele tirou isso, por que nós sabemos que Uiramutã não é asfaltado, Normandia não é asfaltada, você pode ir com o Carneiro na ELETROBRAS, o Estado de Roraima é comprovadamente o Estado tem o menor índice de luz para todo, isso em nível nacional, em 99% falta 0,01 para fechar 100 %, esse dado não é verdadeiro! Então, quero deixar para todos essa preocupação, para que amanhã a gente não sofra conseqüências de formação indevida, e o Estado de forma global pague.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – obrigado pelo aparte e ouço o Deputado Sampaio.

O Senhor Deputado **Solado Sampaio** – enquanto membro da Comissão do Meio Ambiente, e atendendo apelo da Agricultura familiar, acompanhar a questão das demarcações e ampliações de parques, neste momento importante que é o zoneamento. Eu tenho falado que nem um cidadão no seu bom senso não pode ser contra o zoneamento ecológico e muito menos da urgência de aprovarmos o zoneamento. Nós já atendemos e não quis estabelecer no código florestal 65% das nossas áreas estão preservadas. A ampliação, os parques e outras áreas. Mas com isso a emenda da Senadora Ângela, nós passaremos a ter o direito a explorar 50% das nossas áreas agrícolas. Para isso quem vem identificar é o zoneamento. Esse é o papel maior do zoneamento. Sendo direito e sucinto, nós passaremos hoje, pelos nossos cálculos, algo em torno de 410 mil hectares agricultáveis para um milhão e 50 mil. Nós triplicaremos hoje a área agricultável e bom para o zoneamento. Então, qualquer cidadão, no seu bom-senso, do grande agricultor ao pequeno agricultor ou da classe política de nosso Estado, não pode ser contra o zoneamento.

Agora, também, Deputado Mecias o senhor foi muito claro, nós temos que ficar preocupados. E aí eu senti, por parte do Governo Federal que está aberto ao entendimento com o Governo do Estado. O que é preciso é que nosso Estado se manifeste. Lá no decreto de terras está previsto a ampliação e criação de algumas áreas de preservação. Não foi colocado o tamanho dessas ampliações. O critério que foi colocado, e aí o Governo no meu ponto de vista, tem pecado. E nós temos a oportunidade ímpar, que através dessas audiências e desta Casa se manifestar para dizer que concorda com a ampliação do Parque Maracá, Viruá, Juaperi e outros, desde que respeite o desenvolvimento de Roraima e principalmente à pessoa que ali moram. Essa tem que ser a tônica do discurso desta Casa e de toda a sociedade roraimense. Por outro lado, sinto boa vontade do Governo.

Com relação ao Doutor Geanluppi, eu tenho a maior admiração por esse professor, mas me preocupou aqueles dados. Agora, Deputado Mecias, a fonte que ele está buscando é do IBGE. Por quê? Vamos pegar aqui a 210 da Vicinal de São Luís, Caroebe e Baliza. Para todos os efeitos, nós fomos lá no Governo federal e EUA crédito que o técnico do IBGE colocou aqueles dados, ele não foi in loco, ele foi no banco de dados do Governo Federal. Se nós olharmos os recursos já estão lá. Já veio para ser aplicado a algum tempo e não foi. Então, o Governo transferiu; o IBGE registrou e o Governo do Estado não fez. Se nós pegarmos o Luz Para Todos, o convênio anterior, onde o Governo do Estado foi multado, para devolver 11 milhões. O convênio em vigor de 64 milhões, para todos os efeitos, o Governo Federal já assinou o convênio com o Governo do Estado a anos e anos, através da CER. Para todos os efeitos, aquelas pessoas já estão com a sua luz em casa. Agora, para aqui, talvez o IBGE não tenha os técnicos suficientes. Se for in loco, nós vamos constatar que está longe da realidade a cidade projetada. Então, oq eu é preciso deixar bem claro é onde estão buscando as fontes. Nós sabemos que nem todas as cidades têm ligação asfáltica. E muito menos, todas as vicinais tem iluminação elétrica do Luz Para Todos. Agora, se nós olharmos a quantidade de recursos que foi transferido para atender essas demandas e outras no Estado por parte da união, nós vamos perceber que foram muitos recursos. Se nós olharmos os empréstimos feitos pelo Governo do Estado para o saneamento básico, Boa Vista seria uma cidade de primeiro mundo. Recursos foram alocados, mas infelizmente, por problemas de desvio, de corrupção, essas obras que começaram estão inacabadas, dentro dos governos que passaram nos últimos tempos. Isso é fato. Então, Deputado Mecias, era isso e obrigado pelo aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Deputado Mecias, diz um ditado que quem não tem cão caça com gato. Eu não pude me inscrever antes, e estava esperando essa oportunidade. Mas zoneamento é coisa importante. Mas antes de mais nada, quero

parabenizar o Deputado Mecias por essas preocupações que expôs neste plenário. Mas queria também tranquilizar o Deputado Célio. Eu conheço o Doutor Gianlupi há bem mais de 30 anos. E reputo-o de um cidadão altamente preparado. Um produtor rural de nível médio e um técnico respeitado. Acredito que nós não teríamos outro cidadão mais qualificado do que ele para desempenhar essa missão de coordenar o zoneamento econômico ecológico. Agora, há essa preocupação de que Rorainópolis, os empresários de outros municípios ficariam extremamente preocupados. Claro que é um assunto que nos preocupa também e que nós devemos, ao chegar esse projeto a esta Casa, colocá-los nos devidos termos dessa nossa missão. Quero comunicar, inclusive, que antes do meio dia eu vou pedir permissão da presidência para me retirar e vou assistir a audiência pública de Caracaraí, perdi as duas primeiras e não quero perder essa no interior e tranquilizar ao Deputado Célio e ao Mecias, que nós teremos ainda uma chance, antes de vir a Assembleia, parece que está marcado pelo calendário no auditório do Corpo de Bombeiros, uma audiência pública sobre zoneamento e eu quero até aproveitar para concitar os presentes para que, sendo aqui, que a população participe ativamente e que nós, parlamentares, procuremos nos fazer presentes em um maior número possível. Era essa a minha contribuição.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, quero fazer algumas considerações com relação a Audiência Pública que participei em Rorainópolis e fiquei muito preocupada. A primeira coisa é que o que for o projeto do zoneamento está sendo apresentado, esse é o objeto da Audiência Pública, para que as pessoas, as regiões e os municípios se manifestem, como alguém colocou aqui, tem que ter a aprovação da população e, depois, esse projeto vai vir para a Assembleia. Por isso é que é importante a participação, porque entendo que esse projeto vai vir para cá e aí nós vamos enfrentar uma situação bastante difícil, se não for, realmente, alguma coisa bem discutida e bem assinada. A proposta do zoneamento, como disse o Deputado Erci, o Daniel é uma pessoa super competente, a gente sabe disso, os dados do IBGE são as projeções que o IBGE faz. Inclusive, o próprio Daniel na hora considerou estranho, são dados de 2010 com projeções, apesar do Luz para Todos a gente saber que o dinheiro não fica dormindo, eles liberam uma parcela, vêm aqui, comprovam a execução para poder liberar a parcela seguinte. Inclusive, agora há vários projetos, tenho ido muito atrás, está liberando a outra parcela para poder concluir. Mas, me preocupou muito a proposta do zoneamento, Deputado Mecias, primeira coisa, acho que a gente teria que ter tido uma discussão antes, ter conhecimento antes, porque até eu cheguei e me assustou, meu posicionamento foi contrário. Me preocupa, por exemplo, a questão dos 50% que é uma proposta contida no zoneamento em função da área contida no Estado, se não ocorrer o quantitativo dessa área de preservação, nossos 50% foi para o espaço, até porque o próprio código está condicionando a isso, ao tamanho da área, aos 65% da área de preservação e com a ampliação das reservas, vamos para mais de 70%. Me preocupou mais ainda que no decreto de regulamentação, já falei várias vezes, foi uma briga muito grande, foi batida na mesa, levanta, depois leva o decreto, digita na última hora e lá está contido ampliações e criação de algumas reservas após consulta ao Estado. Essa consulta ao Estado é que gerou essa ata e isso eu estou tomando conhecimento agora, nós não participamos. Me preocupa a gente ter o discernimento de indicar essas áreas de reserva dentro das áreas de reservas que já existem. Nós temos áreas indígenas porque a preservação do lavrado não pode ser criada lá, dentro das áreas institucionais, dentro das áreas que a união já tem, quando não for possível se criar reservas estaduais, então, esse é um cuidado. Me pareceu uma contradição e uma chantagem muito grande do Governo Federal, está nos impondo para a aprovação do zoneamento que sejam definidas essas reservas, porque o zoneamento, reserva, lavrado, capinarana, área de mata, compõem o Estado e o zoneamento é a indicação da aptidão agrícola, só que a proposta do CONAMA é que já se defina as áreas das novas reservas. A contradição que eu vejo é que enquanto nós estamos aqui com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal dizendo que o Estado não tem área, que a área é da união, pois não foi repassada ainda, embora a gente saiba que não é assim, ao mesmo tempo, vem uma pressão desse tipo para que o estádio possa liberar essas áreas. Então, me cheira a contradição e a chantagem. A aprovação do zoneamento, que nós necessitamos dele, vai depender da ampliação de reservas? O Estado tem que aprovar? Então as terras são do Estado. Se são do Estado estão transferidas, se estão transferidas o que o Governo Federal quer aqui dentro? Então, está me parecendo, mas eu não tenho elementos para afirmar, vou ver

se faço isso até sexta-feira que é a audiência do Bonfim, que lá vai ter o problema das reservas dos lavrados e está me parecendo mais um ataque, pois não vejo o zoneamento condicionado a demarcação de reservas nesse momento, o zoneamento é para definir aptidão agrícola de solos. Para mim, a pré-condição de ter que demarcar reservas agora, é mais um golpe como foi à área indígena, como foi todos eles para levar o resto das áreas do Estado, me parece. Eu não fui para o restante porque eu não conhecia o projeto, conheci em Rorainópolis e vim de lá com todas essas dúvidas, mas está me cheirando, pois eu não consigo associar o projeto de zoneamento e a demarcação de novas reservas. Para mim, isso tem alguma coisa de cheiro de chantagem do Governo Federal.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Quero concluir dizendo o seguinte, a matéria que o Governador do Estado vai pagar para falar mal de mim, pagou já, não me preocupa. Não me preocupa porque são mentiras, são falácias e delas eu sei me defender e qualquer uma delas que vierem como estão vindo já no jornal chapa branca que está aí, eu vou me defender judicialmente. Eu sei que demora na justiça, mas sai e eu vou me defender judicialmente. Agora, me preocupa essa questão do zoneamento ecológico, essas questões estão sendo colocadas e do Deputado Soldado Sampaio acertou na mosca. Se o IBGE colocou que todos os 15 municípios estão ligados com o asfalto, o IBGE não foi nesses municípios não para verificar isso não, verificou dados orçamentários do Governo Federal de transferência de recursos para o Estado, dizendo que esse recurso era para asfaltar para Normandia, para o Uiramutã, São Luiz, para Baliza, porque é sabido por todos que o dinheiro para asfaltar, agora mesmos, no ano passado veio mais de 80 milhões para concluir o asfalto de Novo Paraíso até Entre Rios e ao todo já somam até mais de 250 milhões transferidos para o Estado e nada saiu, da mesma forma para lá. Então, o IBGE utiliza disso aí para prestar as suas informações e lamentavelmente não tem nada feito e o povo está pagando o pato. O outro dado importante, vocês sabiam que em Roraima é o Estado da Região Norte que mais tem pessoas trabalhando, nós somos só o terceiro com maior taxa de desemprego. A primeira maior taxa está como Amapá, com 13%, a segunda é o Amazonas com 10% e a terceira é Roraima com 9,40%, ou seja, só tem 40 mil pessoas desempregada em Roraima. Esse povo não conhece o Estado de Roraima, não conhece as periferias, não conhece os municípios, pois temos muito mais gente desempregada e passando necessidade do que isso. É preciso que o Governo coloque verdade nos seus dados para não tentar manipular a população. Uma coisa que me entristece muito, Deputado Flamarion e Deputado Marcelo Natanael, o Doutor Daniel colocou bem claramente a questão do PIB do Estado de Roraima por município. Boa Vista tem cerca de 73,49% do PIB do Estado de Roraima, o segundo PIB é do Município de Rorainópolis com 3,76%, é o segundo, esse é o segundo município do Estado no tamanho populacional e o segundo no PIB. Como é que querem que esse município cresça, tirando todas essas terras que tem para produzir, como é que esse PIB vai aumentar? O Senhor Daniel disse que os senhores prefeitos têm que fazer alguma coisa, mas fazer o quê se as armas que se tem para trabalhar, estão tentando tirar para impedir o crescimento desse município. O Município e São João da Baliza é o penúltimo, senão me engano, é o terceiro na ordem decrescente com 1,04% e estão tirando todas as terras, são 20 mil hectares. Vamos dar essas 20 mil hectares de lá para o Bambrila e vamos dar as 30 mil que o Bambrila tem para o Baliza. Pelo amor de Deus, vai ser mais. Agora, encerro, senhor Presidente, encerro meu pronunciamento dizendo para o Governador do Estado que ele use o dinheiro do Estado para melhorar a saúde, para comprar medicamento para colocar nos postos de saúde, no hospital, para melhorar a quantidade de cirurgias, não precisa usar o dinheiro do estado para se pagar mentiras para se publicar no jornal de grande circulação, para difamar os Deputados de oposição. Que as matérias ao saírem, que saíam pela vontade dos meios de comunicação e não imposta ou comprada pelo dinheiro público. Obrigada, Senhora Presidente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores que assistem presentes nas galerias. Senhor Presidente, serei breve até porque o assunto que me traz a Tribuna é a questão do Zoneamento Econômico Ecológico e foi bastante discutido pelo Deputado Mecias de Jesus, houve vários apartes. Mas, Deputado Flamarion, o trabalho feito em Brasília pela bancada do Estado do Amapá, pela Senadora Ângela, enfim, os políticos que tem realmente compromisso com Roraima, defendeu quando da aprovação do Código Florestal que os produtores desse Estado e do estado do Amapá que são estados que têm 65% de suas áreas

protegidas que eles pudessem utilizar 50% de suas terras para produção, quando em outros estados eles só podem utilizar 20%, ou seja, nós ganhamos aí, 30% a mais do que outros estados. Isso é um dado relevante, foi um avanço para o nosso estado. Então, está consolidado no Código Florestal que nós temos esse direito no Estado de Roraima. Portanto, um avanço, uma conquista e agora nós precisamos do Zoneamento Econômico Ecológico, eu estou acompanhando atentamente fui para Rorainópolis, vim para Sessão ontem, fui até São João da baliza e estou aqui, agora, e daqui há pouco vou estar em Caracarái porque quero acompanhar todas as consultas públicas em todos os Municípios porque precisamos saber qual é o sentimento da população quando da aprovação do Código, porque nós, vamos ser os responsáveis pela aprovação ou não do Código no modelo que ele virá. Parabéns a equipe técnica do Governo, ao Dr. Gianlupi porque o trabalho foi árduo e ela não está agindo de maneira irresponsável não, ele está tentando cumprir a legislação imposta pelo Governo Federal. No entanto, ele deixa claro quando diz que existe sim condições políticas de se rever essas demarcações porque não se fala em quantidade, se fala que tem que ser feitas nessas áreas aqui da floresta estadual de Jauperi, Amajari, Apoteri, enfim, existe uma previsão quando do Decreto Presidencial que nós temos que demarcar e ampliar, mas não fala em quantidade, ele coloca levando em consideração essas áreas a boa fé dele está clara. Agora, o que acontece é que existe no nosso Estado o problema fundiário. Pois, nós não conseguimos transferir todas as glebas para o Estado de Roraima cumprindo com as exigências das transferências quando do Decreto e queremos fazer o zoneamento agora, estamos atrelados a esse Decreto Presidencial que é o principal problema. E quero dizer para Vossas Excelências que existem duas forças para a aprovação quando das consultas públicas no interior. Existe no nosso Estado pessoas que querem que seja aprovado o Zoneamento Econômico Ecológico da maneira que está, que amplie os parques, que demarquem o Município de Caracarái, que demarquem uma parte de São Luis do Anauá, São João do Baliza que fique só 20 mil hectares, que Rorainópolis fique só com 40 mil hectares, para essas pessoas não interessa. Eles estão interessados em explorar 30% da área que eles têm direito no Código Florestal e só vão poder explorar quando o zoneamento for feito. Essas pessoas estão fora dessa área onde vai haver essas ampliações. Então, esse zoneamento vai vir para cá, as pessoas estão tendo apenas um minuto para se pronunciar na consulta pública. Estão revoltados, mas eu garante que quando o zoneamento chegar aqui, nesta Casa, nós vamos voltar e ouvir um minuto, dois, cinco, dez quantos forem necessário as pessoas que vão ser prejudicadas se esse Código for votado no modelo que está e aqueles que serão beneficiados também. Nós temos que ter um equilíbrio, todos os Deputados sabem da importância do zoneamento da votação e aprovação dele, desde que atenda as demandas de todo o setor produtivo e, é interessante que se diga aqui, Deputado Flamarion, que é um marco para o Estado de Roraima. Vai haver um Estado de Roraima antes e depois desse zoneamento, porque depois desse zoneamento o produtor tem direito ao seguro SAFRA, hoje não tem; terá a segurança jurídica, pois suas terras não serão mais demarcadas; o grande produtor terá o direito de explorar 30% de suas terras que hoje está esperando esse zoneamento. Enfim, o nosso Estado terá um avanço econômico, sobretudo, no setor produtivo que é o discurso de todo o cidadão roraimense que tem consciência política com esse Estado, nós precisamos ficar atento a isso Deputada Aurelina, eu também ressalvo para a sociedade que confia nesta Casa, que confia nos Parlamentares, pois empenharam seu voto e a sua confiança em cada um de nós. A sociedade não precisa estar aqui, dentro do Plenário fazendo manifestações se nós honrarmos os compromissos atendendo as demandas. Então, aqui não pode ter situação ou oposição quando se trata de questões do Estado todos devemos nos unirmos porque tirasse a viabilidade dessa geração e das próximas gerações se forem criadas mais áreas de preservação. Nós, já preservamos o meio ambiente Deputado Célio, agora nós temos que preservar a vida das pessoas, o alimento, o pão de cada dia que é sagrado e até bíblico que nós temos que tirar o sustento. E, essa responsabilidade é nossa. Portanto, esse zoneamento econômico ecológico feito pela equipe de governo com muito trabalho, com muito esforço, mas a responsabilidade pela aprovação atendendo as demandas da sociedade é desta Casa. E, as informações estão claras, existem algumas informações desconhecidas por conta do IBGE. Nós temos no Estado de Roraima 46. 31% são terras indígenas, por que não criar esses parques dentro das terras indígenas? Unidades de Conservações Federais 9.84%, unidade de conservação estadual 6.6 %, unidade de conservação municipal 7.45%, áreas militares 0.80%, projetos de assentamentos do INCRA 5.72%, ou seja, sobraram apenas 23.72% para o nosso Estado produzir, sobraram

apenas 23.72 %. E aí os 23% que são as áreas de transferências nós ainda temos que tirar 50% que é para preservar. E, o PIB do nosso Estado disse bem aqui, o Deputado Mecias de Jesus 73.49% é aqui em Boa Vista, ou seja, é da indústria, do comércio e do serviço. Os demais Municípios vêm o Uiramutã em último lugar com o 0.97%, ou seja, como sobreviverem essas pessoas e como sobreviverão se essas áreas forem diminuídas? Sendo que um dos dados que trazem aqui, as diretrizes do zoneamento é Deputado Celio Wanderley, que o nosso panorama mundial está com uma economia recessiva, a população de 7 bilhões de pessoas hoje no mundo, ao acréscimo anual é de oito milhões, a população faminta e de 800 milhões. Como vamos alimentar essa população faminta? E a população do nosso Estado que cresce a cada dia, como vamos alimentá-la se forem diminuída ainda mais a nossa área? Olha o contrassenso! A população aumentando, 800 milhões de pessoas famintas e nós queremos demarcar, queremos deixar mais ainda as nossas terras improdutivas. Quem tem mais valor? O homem que precisa consumir, depois de termos garantido 65% das nossas áreas para conservação ou o meio ambiente como um todo. E aí o homem é meio ambiente porque Le faz parte de tudo isso. Nós temos que priorizar a vida porque é o maior bem do cidadão. Portanto, eu quero deixar registrado que iniciou hoje, aqui na Tribuna, de maneira desencontrada, eu pude constatar pelo aparte de alguns Deputados quando do pronunciamento do Deputado Mecias de Jesus, do que é o Zoneamento Econômico Ecológico. Nós precisamos ficar atentos e não aprová-lo como um Projeto de Lei comum, não podemos fazer política pensando nas próximas eleições e sim nas próximas gerações, porque essa é uma responsabilidade nossa e temos que nos debruçar. Eu quero aqui, não antecipar o meu voto a essa ZEE, porque eu preciso forma a consciência, por isso vou sair daqui há pouco para Caracarái, depois irei para o Amajari e Bonfim participar de audiências, porque eu não vou votar em detrimento do sofrimento da minoria. Peço a Vossas Excelências porque vai haver lobby para a votação desse zoneamento para que as pessoas explorem rápido seus 30% para enriquecer cada vez mais e o Município do Baliza fique apenas com vinte mil hectares e o povo gritando de fome lá. Eu não voto, não foi para isso que me elegi e não foi para isso que estou aqui. Não estou falando politicamente não, estou falando como ser humano. Eu sei Deputado Flamarion o que é passar fome, se nós votarmos do jeito que está aquele povo vai passar fome. E a fome dói, não podemos de maneira nenhuma fazer isso. Portanto, peço encarecidamente a todos, pois cinco dias após a Audiência Pública a sociedade ainda pode se manifestar pelo site da SEPLAN, se manifesta a sociedade, depois vem para cá e será apresentado aqui, temos que nos debruçar sobre esse zoneamento, temos que ouvir novamente o povo porque não tiveram tempo. E, não é culpa do Dr. Daniel é porque realmente não dá para ouvir e, é só um requisito para a apresentação do Código essas consultas públicas. Agora, nós temos como fazer audiências, demorar dois dias, três, cinco, dez dias porque nós ganhamos muito bem para isso. Para ouvir as pessoas e votar aqui, quando a nossa consciência estiver formada para atender as demandas de todo o setor produtivo do nosso Estado. Portanto, agradeço a Vossa Excelência, era o que eu tinha a falar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Eu queria me reportar em cima de Vossa Excelência quando colocou que nessa tem que se posicionar não pensando nas próximas eleições e sim nas próximas gerações, vou direcionar o meu aparte nesse sentido, pois ao andar nessas audiências a gente se sente um pouco pressionado pela população no tocante a classe política, cobram, exigem porque muitas coisas mal resolvidas as população está atenta acompanhando. Quando se fala em Zoneamento em ampliação de parque, não tem como não nos reportarmos a questão fundiária do nosso Estado, aquilo que foi colocado com bastante clareza pelas pessoas, anos e anos de sonhos para ter suas terras e o Governo do Estado se apropriou dessas questões e está sendo extremamente irresponsável com a questão fundiária do Estado. E onde estava esta Casa, pois eu papel essencial é fiscalizar? Historicamente nós temos vários fatos relevantes que aconteceram na história de Roraima, onde essa Casa não se posicionou a altura do que ela é, como o caso da Raposa/Serra do Sol, ácaro vermelho no Caroebe e outros que engessaram o Estado. Como Vossa Excelência falou ainda pouco Deputado Brito tem uma família com trinta mil hectares, enquanto o Município do Baliza talvez não fique com essa área toda. Espero que na discussão do zoneamento seja diferente, essa Casa se posicione e acompanhe, pois queremos ampliar para 50% as áreas agricultáveis no Estado, agora com responsabilidade, não somente resolvendo o problema do grande e prejudicando o pequeno como foi a prática adotada na questão fundiário pelo Governo do Estado a frente do

ITERAIMA. O zoneamento não resolve tudo é preciso resolvermos primeiro a questão fundiária, pois essa família Bambrila com trinta mil hectares irá explorar quinze mil hectares e corre o risco de uma pessoa com dez hectares ser englobado pelos parques ou por criação de novas áreas de preservação. Então, eu quero chamar a atenção desta Casa, Vossa Excelência foi muito feliz quando disse que nós temos o dever de ouvir esta Casa e de ir ao encontro da população e votar aquilo que de fato é interessante para a sociedade.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Obrigada Deputado. E, o que o Deputado Sampaio quis dizer é que essa questão fique acima do meandro político, fique na consciência dos parlamentares como seres humanos. Pois, nós pensamos no nosso filho, como pensamos no filho do agricultor lá do Baliza, do Caroebe do Bonfim que vai ficar sem o seu pequeno pedaço de terra para alimentar o seu filho. Concedo um aparte ao deputado Flamarion Portela.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidenta, primeiro gostaria de louvar Vossa excelência, pois esse tema é relevante, preocupante e exige desse Poder um grau de responsabilidade talvez nunca exigido antes. Pois, é um momento decisivo para o Estado de Roraima. Quero deixar registrado a minha confiança no técnico, Dr. Daniel Gianllupi, pois é uma pessoa compromissada, responsável, coerente e que tem compromisso efetivo com esse Estado. Mas, queria dizer algo que não é poder de premonição não, pois ontem foi a última sessão do Conselheiro Reinaldo Neves, inclusive, já renunciou a vice-presidência e foi eleito Manoel Dantas como vice-presidente daquela Corte, conseqüentemente próxima semana será publicada a aposentadoria do Conselheiro. E, eu me preocupo porque o Zoneamento Econômico Ecológico venha para esta Casa no momento em que ela decidir quem será o novo conselheiro. E isso pode contaminar uma discussão relevante com interferência do Executivo; com interesses subalternos. Então, eu quero alertar esta Casa para separar o joio do trigo. Muito mais importante do que decidir quem será o próximo conselheiro é nos fazermos o zoneamento econômico ecológico com interesse focado no desenvolvimento e prosperidade do Estado. Se o Estado está crescendo, as famílias estão crescendo juntos. As pessoas vão construindo um melhor bem-estar. Então, já fica aqui o alerta, eu faço questão de registrar nos anais da Casa. Não estou sendo pré-monitor, mas vai vir no momento em que está casa estará discutindo. Essa questão que envolvemuitos interesses, que é a decisão do futuro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. E, com certeza, talvez não na próxima semana, na seguinte, o tribunal já informe a este poder a vacância da vaga. E aí este poder terá que se manifestar. Fica esse alerta para todos porque depois, se for necessário, eu vou lembrar aos senhores. Muito obrigado e parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Deputado Flamarion, obrigado pelo aparte de Vossa Excelência. Eu quero aqui deixar algo para reflexão. A situação presente do povo roraimense não é culpa desta Casa. Agora, a situação futura do povo deste Estado, se ela melhorar, é responsabilidade nossa. É um bônus para esta Casa. E se ela piorar é um ônus para esta Casa. A responsabilidade do presente não é nossa, mas do futuro está aqui, e está no zoneamento. O zoneamento do Estado de Roraima, como a Constituição brasileira teve em 1988 para o Brasil. Pode ter certeza, Deputado Flamarion.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Eu já ia dizer o que Vossa Excelência falou no final. Eu quero até concordar em algumas partes com o Deputado Soldado Sampaio, que é de inteira responsabilidade desta Casa sim, e de todos os parlamentares. Quanto se fala que a culpa é do Governo, vamos separar o joio do trigo. Foi dito pelo Deputado Mecias que a credibilidade, a confiança, a responsabilidade, o técnico, que é o Daniel Gianllupi, já está dizendo tudo. Ele mesmo contestou alguma coisa, como a Deputada Aurelina falou. Dizer que Roraima está asfaltada nos 15 municípios, isso é papo furado.

Quando eu fui convidado pelo Deputado Soldado Sampaio, eu estive no Sul do Estado sábado e domingo e não pude ficar na segunda. E disse que iria às próximas. O Deputado Soldado Sampaio, meu parceiro, disse que esta Casa não tem feito nada. Tem feito sim. Tem feito através de vossa pessoa que tem ido as audiências. A própria pessoa que hoje discursa tem prestigiado, denunciado. Agora, se nós pecarmos, como Vossa Excelência diz, e formos omissos aí nós teremos culpa. Mas eu entendo que tratar de zoneamento econômico ecológico, eu acho que a sociedade, independente de partido, deveria levar as coisas com mais seriedade. Vamos tratar os pequenos, os médios e os grandes em cima de uma discussão que pode ser resolvida agora. Aí eu concordo com o Flamarion, porque depois que tiver problema, tem

que se buscar a justiça. A sociedade não merece mais isso. Eu entendo que a sociedade merece participar, olhar os erros e procurar acertar. Esta Casa está tendo compromisso com a legalidade e com o respeito. E quem merece mais ainda é a sociedade. Parabéns a Vossa Excelência.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado Brito, eu quero dizer uma coisa aqui. Quando o Deputado Sampaio disse que espera que esta Casa se posicione, que ela não se posicionou da vez passada. Eu queria dizer, Deputado que é porque o senhor nesta Casa. Se o senhor estivesse aqui teria acompanhado o sofrimento dos Deputados, andando até de joelhos no STF, chorando lá no Surumu, numa causa de desespero com cada Senador Da República, com o Presidente Lula para a gente tentar evitar, quando surrupiaram de forma sorrateira, igual ladrão o direito deste Estado. E esta Casa foi atuante do primeiro ao último momento. Eu vi Deputado chorando. No dia em que eu vi o Aires de Brito decidindo pela pelo largada do Seu Ailton Mota do Surumu, que perdeu suas terras. Eles zombando da cara da gente, numa audiência do STF. Estava lá o Governador. Eu estava lá, A Assembleia e mais gente. Estavam os técnicos. Quantas vezes eu fui com o Presidente Lula e ouvi dele que não podia fazer nada pelo Estado de Roraima. E hoje, é a mesma coisa com o ácaro vermelho. Eu quero dizer que o ácaro vermelho, Deputado, nós fomos para cima de tratar na Vicinal e não tem problema com o ácaro vermelho, não. Teve quatro dias, e hoje não tem problema nenhum. Com ácaro vermelho ou sem ácaro vermelho todo mundo vende banana porque no Amazonas já tem ácaro vermelho. Então, nunca foi problema, nunca impediu nada com relação a isso. Agora, se o Governo Federal não respeita o Estado de Roraima, nunca respeitou e nem vai respeitar no zoneamento. Essa proposta que a gente vai ter que engolir, pode a população vir toda aqui para dentro. Sabem o que vai acontecer, se a gente não encontrar um meio termo? Eles não vão aprovar o zoneamento, porque o Governo Federal sempre ficou de costas para o Estado de Roraima. Agora, eu quero ver os nossos Deputados Federais e nossos senadores vir para cá para a frente do povo e enfrentar a Presidente Dilma, o Governo Federal, para dizer que Roraima não tem mais um pedaço de terra surrupiado. E aí eu quero ver. Como eu disse no início esse é mais um golpe do Governo Federal. Nós acabamos de chorar, de implorar, de perder o nosso território. E agora, vem um Chico Mendes da vida, porque o lá de Iracema, um dia morre e ninguém nunca viu falar. Eu nem agüento ouvir falar em Instituto Chico Mendes. Isso é balela, para acabar com o resto do Brasil. Se entregar para a ONG que não tem nada de serviço, deixando o povo de Roraima comendo folha de pau. É isso o que querem neste Estado? Ainda vir para cá com balela para ampliar reserva! De uma miséria de terra que botaram em nome deste Estado e nunca transferiram. Está aí. Cadê a transferência? Tem oito glebas em Brasília no INCRA para serem certificados os seus destaques. Ontem saiu três. Eles têm má vontade. E essa questão do zoneamento que estão impondo ao Estado, eu quero que os 24 Deputados da Assembleia, de joelhos, em Brasília. E na hora que a gente fincar pé, eles passam por cima e o zoneamento não sai. É isso que eu estou dizendo. O Governo Federal sempre virou as costas para o Estado de Roraima. Até o FPE, não é ele que dá. É obrigação. Eles tiram todos os dias, fazendo benesses com redução de impostos, sem se preocupar como é que vive o Uiramutã. Os índios que eles deixaram lá isolados do mundo. Com menor FPM deste país, morrendo de fome. Os yanomamis, que estão atravessando a pé para vir para Campos Novos. Cadê a assistência do Governo Federal, que tomou as terras em nomes dos índios que eles nunca respeitaram? Esse aqui é mais um jogo do Governo Federal que não gosta deste Estado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. Deputada Aurelina Medeiros, obrigado pelo aparte. Eu quero dizer para Vossa Excelência que para ficar de joelhos em Brasília para Ministro ou para Presidente, eu não vou não. Eu só fico de joelhos para força divina. Agora, se for para ficar de pé, e de frente contra quem quer tomar o nosso Estado dos verdadeiros donos, eu fico. Como me posiciono contra, quando fico de pé para esse Governador. E fico aqui também contra esse zoneamento que não é culpa do doutor Daniel. Vão querer

colocar a culpa na equipe técnica. O doutor Daniel não tem força política. Doutor Daniel é apenas técnico. Nós temos força política. Ou pequena, ou grande, nós temos. Vamos nos entrincheirar contra o zoneamento como está, porque as pessoas pobres vão ficar mais pobres. Nós vamos fomentar a miséria neste Estado. Como a maioria da classe política gosta, para depois, a troca de migalhas, permanecer no poder. E a política não é isso. Ou é sacerdócio, ou é negócio. Ou você está preparado para servir atuando em benefício próprio. E isso está errado. Enquanto eu estiver aqui nesta Casa eu falo, denuncio e desafio onde tiver um voto meu para favorecer amigo, favorecer picuinhas de pessoas grandes neste Estado. O Nosso favorecimento, se ele estiver que haver é para favorecer a minoria, àqueles que estão ali precisando realmente da nossa mão, do nosso apoio e que deposita toda a confiança em nós. Por mais que critiquem. Mas quando olhamos no fundo dos olhos dessas pessoas nós podemos enxergar aquela esperança última dos nossos posicionamentos. E esse imbróglio maior de terras aqui desses zoneamentos está se dando, porque essas glebas não foram transferidas para o povo. Elas estavam sendo transferidas para o Estado. E o Estado entregando a outros que não os verdadeiros produtores. Então, essa questão fundiária é uma questão que tem que ser resolvida. Ontem o Vice-Governador disse que houve problemas no ITERAIMA. Que problemas são esses? Quem é o culpado? O que aconteceu? E tudo isso, Deputada Aurelina, é um emaranhado que se forma escurecendo essas questões para que a sociedade não enxergue a fundo a essência da nossa problemática.

Peço encarecidamente a todos. Vamos nos debruçar nesse zoneamento e voltar para os interiores ouvir as pessoas que realmente querem produzir e desenvolver o Estado de Roraima. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais orador passamos para Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) – Senhor Presidente, não há quorum.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo quorum para deliberar matéria na Ordem do Dia, passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** pede Questão de Ordem – Gostaria de informar que a falta de quorum é que a maioria dos colegas que estiveram presente nesta Sessão, já se deslocaram para Caracará para Audiência que começa às 14 horas.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – está justificado Deputado Célio. Fica transferido a Ordem do Dia para Sessão de amanhã.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Deputada Aurelina quando me coloquei muito mais que uma provocação para esta Casa para exercer plenamente e ferozmente o seu papel enquanto legislativo, eu realmente não estava como parlamentar, estava ligado aos movimentos de esquerdas, PT, PCDB, nós tivemos divergências enquanto partido na questão da demarcação, mais nós éramos um simples soldado presidente de uma entidade filiada ao partido internamente, não tinha direito nem de ser votado, PR ser militar na época, o que quero dizer para Vossa Excelência, reconheço o esforço pelo nosso Estado, com o Brigadeiro Ottomar, e Vossa Excelência falou aqui que um Deputado ou dois Deputados, não tem muita força, mais nós tínhamos políticos e temos políticos que poderia ter se posicionado de maneira clara Deputada Aurelina, o Senador Romero Jucá era líder e vice-líder no período do Lula, o q eu aconteceu é que não houve enfrentamento nesta questão, preferiu judicializar, quando judicializou os Ministros é claro que eles ouve a questão política, a voz popular nas ruas, mais eles também são técnicos, e naquele momento quando o estado começou se manifestar era tarde, é isso que quero colocar, na questão do ácaro vermelho não foi diferente Deputada, primeiro aconteceu, depois ficamos na mão sem poder exportar, foi preciso Amazonas se contaminar com ácaro vermelho para depois continuarmos vender as bananas, não tem uma política efetiva por parte do Governo do Estado, pergunto a Vossa Excelência ou qualquer Deputado, hoje temos um grande pólo de criação de peixe, amanhã ou depois surge um fungo no peixe de Roraima, tem uma equipe técnica, estudo hoje dizendo que estamos isento de qualquer tipo de fungo, bactérias, não temos, sempre corremos atrás e reagindo depois que o fato acontece. A questão fundiária de Roraima como foi colocado pelo Deputado Brito, nós não fizemos nosso papel, como não estamos fazendo, isso vai além de situação ou oposição, não aquentamos mais a economia do contra chegue, não aquentamos mais receber diariamente em nossos gabinetes pessoas pedindo emprego, a

maquina pública como falou o Deputado Flamarion está no limite com a despesa da folha de pagamento. É preciso que nós enquanto sociedade, enquanto classe política entendermos que temos que fortalecer, é a única alternativa que temos nesse Estado para gerar emprego e renda, é agricultura, é cobrar da ADER que regulamente o selo do artesanato aprovado nesta Casa, é voltar para esta Casa e aprovar o Veto do senhor governador, ai estaremos fortalecendo agricultura familiar, a gente aprova, mostra uma boa vontade, e nos curvamos ao interesse do governo quando a merenda escolar está sendo comprada e fornecidas por empresas de pessoas ligada ao governo, que ta comprando o frango, polpa de fruta, esse é posicionamento da Casa que a gente quer e pede. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, o que queria falar é mais ou menos o que Deputado Sampaio falou, nós não ficamos quatro dias em Brasília, ficamos 7 dias, fazia parte das comissões das Terras, eu, Deputada Aurelina, José Reinaldo, e a Senhora fala com muita propriedade com Aires Brito naquela decisão, que foi uma humilhação o que aconteceu com a gente. No que diz respeito apoio, vamos cobrar de nós políticos, e vamos fazer a nossa parte, e questiono o Deputado Sampaio quando diz que esta Casa não faz nada, faz e tem feito sim, aqui esta Casa com respeito e servidor com responsabilidade que está fazendo seu papel, agora se a ordem vem de cima, o de baixo que se quebre. Quero pedir ao Soldado Sampaio, com todo respeito que tenho a ele, o Partido dele tem Ministro de Esporte, Aldo Rabelo – PP, tem PRB Ministro da Pesca, porque não fazem esse pedido aos Ministros, temos partidos aqui dentro que temos representantes Ministro da Nação, ou será que só representa Ministro do PCdoB quando é para liberar milhões, milhões para copa não o leva nada a lugar nenhum, como estar sendo feito em Brasília que teve dois jogos e vai ter reforma autorizado pelo Ministro do PCdoB de mais 150 milhões de reais, em Manaus um aditiva de quase setecentos milhões de reais, Boa Vista, parado por falta de recursos, e isso temos que cobrar. Quero pedir em cima do zoneamento, que esses Ministros que fazem parte do Governo Federal, não só critique não põe Roraima de goela abaixo, vamos se envolver na questão. Quero parabenizar a todos e com certeza esse zoneamento vai dá o que falar. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Aproveitando a deixa dada pelo Deputado Ivo Som, informar a todos os presentes que a CPI da telefonia realizará uma reunião hoje a tarde, com objetivo de ouvir o depoimento do Senhor Marcos Antonio Pereira de Andrade, representante Institucional da Operadora Oi em Roraima, às 15 horas aqui neste Plenarinho.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou colocar uma questão aqui para reflexão de todos, estou começando a observar a Deputada Aurelina caminhado para encontrar culpados, Deputada a questão fundiária de Roraima a senhora sabe e participou efetivamente e era sonho de todos nós, o Governo Neudo lutou, governo Flamarion lutou, governo Ottomar lutou e até que enfim chegou seis milhões de hectares para Roraima, pois bem, chegou em que governo de Anchieta Junior, ai surge esse escândalo de gente tem 30 mil hectares, 20 mil hectares, 157 procurações de gente que aqui nunca vieram, assume o doutor Leocádio com a finalidade dá maquiagem, inclusive, ele é muito infeliz quando diz “ vou pra lá olhar para frente, o que ficou para trás não interessa”, é o mesmo governo Senhor Presidente, interessa sim, porque é o mesmo governo. Quando estava na saúde, teve pedido de CPI, não os órgãos estão fiscalizando, de o que a operação macro! Alguém é capaz de me responder, a mesma coisa agora com o ITERAIMA, CPI não porque os órgãos de controle estão fiscalizando, doutor Leocádio foi pra lá para maquiagem, e não satisfeito com esse envornizamento, agora eles estão chamando o Exército Brasileiro para fazer georeferenciamento, eu espero que o Exército Brasileiro sendo uma Instituição de respeitabilidade Nacional não entre nessa podridão, espero que o exército brasileiro não se misture nesse momento que estão querendo tirar as empresas estão fazendo um zoneamento ecológico querem passar para o exército brasileiro para envornizar novamente, maquiagem novamente e dizer, agora estamos trabalhando com instituição séria, eu pergunto. O que ficou para trás? Os erros, os equívocos, hoje reconhecido pelo governador e vice- governador, não merece apuração, quando o governador assina um título falso, quem levou para o governador assinar, a maior autoridade do Estado entrega título para o cidadão, amanhã a própria instituição diz que esse título é nulo, não tem culpado, não tem responsabilidade. Então fica aqui o recado, espero que o exército brasileiro sendo uma instituição de respeitabilidade não se misture nessa podridão da questão fundiária do

Estado de Roraima. As terras foram passadas, o culpado foi o Estado na legitimação, na condução do processo para que o cidadão pudesse ter segurança jurídica, se não foi repassado o resto, é que o Ministério Público que representa a sociedade e tem o dever de proejá-la, encontrou erros, equívocos, encontrou coisas indevidas, e cabe a ele a zelar por aquilo que pertence a sociedade. Acho que é o momento de convergência, momento de encontrar solução, porque se formos para área de quem é culpado, muitas culpas existem, governo federal tem culpa, tem. Governo estadual tem culpa! Tem. Então, o melhor encontrar o caminho, espero que o exército brasileiro pela reputação que tem na nação brasileira, não venha fazer parte dessa lama que se tornou a questão fundiária do Estado de Roraima. Obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Na verdade, Deputado Flamarion, não estava querendo encontrar culpado, eu nem estava pensando que a nossa discussão era sobre zoneamento viesse parar na CPI das terras, mas, se é assim, gostaria de dizer ao Deputado Sampaio que o Decreto de regulamentação das Terras nunca foi judicializado, Raposa/Serra do Sol foi, não só judicializada, o povo de Roraima foi desmascarado pelo governo federal, e eu estava lá, a regulamentação das terras, quem correu atrás do decreto que levaram pra dentro de sala para ser digitado na última hora para incluir esses aumentos de reservas, foi um cidadão que estavacabelo rabo de cavalo e cocar na cabeça, quem estava lá era eu. Ai vem questão de encontrar culpado, e vejo de repente o Jucá, ele estava lá, deu um murro na mesa e ajudou, hoje o que estou pedindo não encontrando culpados não, to dizendo e sempre me posicionei que esse Estado é de todos, a nossa responsabilidade é muito grande, CPI de terras que estão dizendo que não te, porque não transferiram ainda, não certificaram ainda, tão burlando a lei, não estou misturando as coisas, mais Roraima tem três Senadores, oito Deputados Federais, não estou chamando só o Senador Jucá, estou chamando a todos para que entre na briga, porque na briga da Raposa/Serra do Sol não vi nenhum.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, encerro essa Sessão convoco outra para o dia 26 à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Aguida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.**
Aprovada Ata Sucinta em: 26/09/13

ATA DA 2243ª SESSÃO EM 01 DE OUTUBRO DE 2013.
46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA
ORDINÁRIA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(Em exercício)

Às nove horas do dia primeiro de outubro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quadragésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convido o Senhor Deputado Gabriel Picanço para atuar como Primeiro Secretário *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – O

Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 022/13, de 26/09/2013, do Deputado Remídio Monai, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 25/09/2013.

–Memorando nº 045/2013, de 26/09/2013, do Deputado Francisco Assis da Silveira, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 26/09/2013.

–Memorando nº 055/2013, de 26/09/2013, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 26/09/2013.

–Memorando nº 304/2013, de 27/09/2013, do Deputado Jalsen Renier, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 26/09/2013.

–Requerimento s/n/2013, de 26/09/2013, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 019/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial Externa.

–Memorando nº 039/2013, de 26/09/2013, da Ouvidoria Geral do Estado de Roraima, justificando a ausência do Deputado George Melo, na sessão plenária do dia 26/09/2013.

–Ofício nº 021/2013, de 26/09/2013, do Deputado Flamarion Portela, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 26/09/2013.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

–Ofício nº 2801/2013, de 25/09/2013, da Casa Civil, encaminhando cópia do CERR-PR OF. Nº 1171/2013, datado de 23/09/2013, com as providências adotadas em relação à Indicação nº 45/2013, de autoria do Deputado Jean Frank.

DIVERSOS:

–Ofício Circular nº 007/2013, de 23/09/2013, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR, convidando para o lançamento da 2ª Etapa da Campanha de Vacinação contra Febre Aftosa, no dia 28/09/2013, no Município de Alto Alegre, na Fazenda São Domingos.

–Ofício nº 337/2013, de 12/09/2013, da Prefeitura de Pacaraima, solicitando um acordo de cooperação técnica com Assembleia Legislativa para que nosso Centro de Acolhimento às Mulheres Migrante Vítimas de Violência no Município de Pacaraima continue prestando atendimento eficaz às mulheres vitimadas.

–Ofício nº 028/2013, de 27/09/2013, da Associação dos Moradores do Residencial Nova Esperança, comunicando que a partir do dia 07/08/2013, ficou aclamado por regime de votação, que Mariângela Melo da Silva foi empossada como presidente.

–Ofício nº 743/2013, de 25/09/2013, da Secretária de Estado do Planejamento e Desenvolvimento/SEPLAN, informando que foi celebrado o Convênio nº 71/2013.

–Ofício nº 024/2013, de 26/09/2013, da Assessoria de Comunicação Social, encaminhando exemplares do informativo institucional do Ministério Público de Roraima “MPRR NOTÍCIAS”.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Quero informar aos Senhores Deputados que o Chefe do Poder Executivo protocolou, ontem, às 19h, através de Mensagem Governamental, o Projeto da Lei Orçamentária anual aqui nesta Casa.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) – Proceda à Chamada.

O Senhor Deputado Jean Frank – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, plateia, o que me traz a esta Tribuna é um sentimento de justiça. Justiça feita a um homem que foi perseguido, difamado e injuriado. Estou falando do Pastor e Presidente da Assembleia de Deus, Pastor Isamar Ramalho.

Quero também parabenizar a Folha que traz a matéria sobre o pastor que foi inocentado, dizendo: A justiça inocenta Pastor Isamar.

Após 10 anos, Tribunal de Justiça de Roraima inocentou o Pastor Isamar Ramalho – Presidente Estadual da Igreja Assembleia de Deus de Roraima, tanto na área cível como na área criminal. Venho compartilhar, desta tribuna, a vitória desse homem que lutou 10 anos e 30 dias, da qual sai vencedor, de cabeça erguida e com o nome limpo perante a justiça dos homens e a sociedade roraimense. Absolvido em todos os processos, conforme cópia da sentença que tenho aqui em minhas mãos.

Não Foi à toa que ainda em 2003, quando esse Pastor foi injustamente acusado, ele teve ao seu lado o apoio de todos os pastores da Assembleia de Deus, por meio da convenção estadual da Assembleia de Deus. Trago em mãos a Moção de Apoio dos Pastores que foi apresentado em 2003 ao Pastor Isamar que diz: A Mesa Diretora e o Conselho Estadual da Assembleia de Deus no Estado de Roraima, juntamente com a diretoria da Igreja Assembleia de Deus em Boa Vista, decide homenagear e aplaudir o Pastor Isamar Ramalho, pessoa honrada por seu abnegado papel, como líder espiritual e administrativo

da Instituição do Estado de Roraima, bem como manifestar publicamente apoio e reconhecimento, neste momento, de adversidade que vivencia, porque nós pastores, acreditamos e reconhecemos o líder que é.

Seu trabalho é a referência que pode ser vista por todos, não só na sede estadual (Boa Vista), como em todo Estado de Roraima, marcado por lutas, porém honrado por Deus com crescimento e vitória alcançada.”

Essa Moção de Apoio foi feita em 2003 pelos Pastores da Assembleia de Deus, porque eles já acreditavam que o Pastor Isamar era inocente.

Senhoras e Senhores, a honra é a moeda mais precisa da vida do ser humano, este homem manteve a fortaleza digna de um governante da Igreja. E aqui ressalto o valor das Igrejas evangélicas, que diuturnamente fazem um trabalho na construção e reconstrução dos valores das famílias, dos jovens e da sociedade como um todo. É negável o trabalho de longo alcance, a Igreja tem o papel fundamental em nossas vidas, na vida do nosso povo, recuperando drogados, unindo famílias, evitando prostituição com a palavra na fé.

O pastor Isamar é roraimense, nascido em lar evangélico, dedica sua vida à Igreja, e há quinze anos foi eleito pelos membros com 89% dos votos de um total de 12 mil crentes, a época tinha apenas 53 congregações, e com um trabalho incansável deste homem de Deus, a Igreja cresce contando hoje com 390 Igrejas em todo Estado de Roraima, até nos Países vizinhos Peru, Venezuela e Guiana Inglesa, com mais de 320 líderes no Estado de Roraima.

Tentaram atingir um homem de Deus, levaram sofrimento à sua família e a todo corpo da Igreja, membros e congregados por 10 anos e 30 dias. Nesse meio tempo o Pastor Isamar não se deixou abater, pois estava com a verdade, ele estudou, se qualificou e agora está concluindo seu curso de Doutorado na área de direito.

A hora, Deputado Joaquim, é de alegria, porque a justiça foi feita, seus acusadores foram derrotados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Parabéns pelo seu discurso, eu que conheço a história do Pastor Isamar, tive a honra e o orgulho de fazer um trabalho na área social quando Prefeito de Iracema, e juntos construímos uma creche com 10 salas de aula para atender as crianças pobres daquele município. Conseguimos uma kombi para o transporte escolar, numa parceria fantástica com esse trabalho social que o Pastor Isamar faz.

Queria só corroborar com o seu discurso, por tudo que eu sei da vida e da história do Pastor, trabalhando pelo bem de pessoas humildes, daquelas que mais precisam de uma mão para melhorar a sua qualidade de vida.

Parabéns pelo seu discurso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Bom dia a todos, parabênz Vossa Excelência. Há momentos na vida de qualquer pessoa, e uma decisão como essa é muito importante, mais ainda quando se trata de uma perseguição a um homem de Deus. Ontem a entrevista dele na rádio FM, percebi o quanto ele estava emocionado.

Quero parabenizar o Pastor Isamar e o Senhor Deputado Jean pelo seu pronunciamento.

O Senhor Deputado Jean Frank continua. – Obrigado, Deputado Ivo. Peço ao setor de taquigrafia que os apartes dos Deputados Joaquim e Ivo sejam incluídos no meu discurso.

A igreja tem o papel fundamental no nosso Estado, vivemos um momento de muita violência, de crise, muito difícil no Estado de Roraima, e como seria essa situação se não fosse as Igrejas, levando a paz, evangelizando, resgatando pessoas viciadas, os drogados, o que seria do Brasil e do Estado? Parabênz a Folha de Boa Vista em publicar a matéria, mostrando que o Pastor Isamar foi inocentado. É significativo o papel da igreja, hoje, salve engano, temos no Estado de Roraima, mais de 40% da população de Roraima, evangélica.

Tem um pensamento que diz: Assim deve ser o homem, viver pela fé, pois ela é a luz que ilumina todo caminho, não importa como esteja o caminho, por ele você passará e com certeza chegará, pois em Deus está a sua razão de vitória.

A honra foi estabelecida. Parabéns, Pastor Isamar e a Igreja Assembleia de Deus. Obrigado.

O Senhor Deputado Joquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes em nosso Plenário. Senhor Presidente, na sexta-feira desta semana, estará um grupo de técnicos de vários ministérios do Brasil, aqui em Boa Vista, participando de uma reunião com as equipes dos municípios do interior do nosso Estado. Se não me falha a memória, essa proposta foi da Senadora Ângela Portela, que visa orientar na elaboração dos projetos oriundos dos municípios para vários órgãos ministeriais do Brasil. Estará, aqui, a Ministra Ideli Salvatti. Há algumas decisões importantes

que esta Casa poderia tomar, para facilitar. Sugiro que a presidência da Casa prepare um documento para entregar à Ministra sobre alguns problemas que nós enfrentamos. Posso citar aqui um exemplo, a decisão da PEC 11 depende muito dela, porque a decisão política já há, quase que um consenso do Congresso Nacional e é o trabalho da nossa bancada. E aí, Deputado, independente de oposição e situação, há todo um trabalho montado para aprovar a PEC 111 que beneficia, extremamente, o nosso Estado, principalmente, na área de segurança, onde temos dificuldade de mantê-la, em especial em nossa fronteira. Essa PEC é de fundamental importância solucionar problemas na economia, onde centenas de servidores ficaram de fora quando da transformação do território em Estado de Roraima. Outro aspecto importante e fundamental é o projeto da cana-de-açúcar. Nós somos diferentes na Amazônia, só um cientista e um pesquisador conhecem sobre os campos naturais. Infelizmente, a maioria dos estudiosos brasileiros desconhece a realidade de uma das regiões mais importantes do nosso País que é a Amazônia. Outro ponto que queria colocar, uma posição firme da Assembleia, é o problema de abrir a perspectiva da produção de cana no nosso Estado, especificadamente, na área de campos naturais que não afeta o meio ambiente, como existe no Estado do Amazonas, na região do Município de Umatá, que eu conheço. Então, esse seria outro ponto fundamental. O terceiro ponto, em relação ao qual, acho que deveria ter uma posição, o problema que Vossa Excelência frequentemente coloca aqui na Tribuna sobre a economia do Estado que é prejudicada com o fechamento da BR 174. Não há nada na justiça que proíba o fechamento da BR 174, mas ela é a ministra política do atual governo do nosso País. Então, essa é uma oportunidade rara para marcarmos presença com um documento bem consolidado, colocando esses pontos que atrapalham o desenvolvimento do nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Joaquim Ruiz, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência e volto a dizer que nesta Casa temos que dar o direito efetivo ao povo brasileiro, especificadamente, ao povo de Roraima, o direito de ir e vir, mas, ainda somos impedidos na barreira através de corrente, na fronteira com a terra indígena Waimiri/Atroari, quer dizer, nos tira esse direito. Então, um dos pleitos é o zoneamento econômico/ecológico que nós devemos debater aqui, e a necessidade de tornar essa BR trafegável 24 horas para escoar a nossa produção. A oportunidade ideal para esta Casa se manifestar no momento em que a Ministra vem, será de grande relevância um documento feito por esta Casa. É de suma importância a necessidade de liberarmos os lavrados para produção de cana-de-açúcar. Hoje existe aqui uma indústria de aguardente, antes fabricada no Rio Grande do Sul. A fábrica foi importada para cá pelo grupo Parima, gera 36 empregos diretos, mas o álcool está sendo adquirido em Vitória do Santantão, Pernambuco, necessário para a produção de aguardente, enquanto poderíamos cultivar aqui a cana, industrializar e produzir o álcool e o açúcar, gerar emprego e renda em toda cadeia produtiva. Hoje já temos uma grande produção, inclusive, com vistas a exportar para Venezuela e para Guiana, já estamos exportando para o Pará.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhoras e Senhores Deputado, fico muito feliz com o pronunciamento de Vossa Excelência, que demonstra a habilidade política que norteia o trabalho de Vossa Excelência neste Parlamento, complementado pela sensibilidade política que tem diante dos problemas do Estado. Será uma oportunidade a vinda da Ministra, bastante ligada à Presidenta, então, a sugestão é que ela possa receber essas demandas de forma elaboradas, criteriosa, demonstrando o quanto essa determinação afeta pessoas e a economia do Estado, quanto ao direito de ir e vir. Além da oitiva que ela terá com os prefeitos, que esta Casa, instituição política, e outras organizações políticas possam encaminhar esses pleitos, através da Ministra que virá conhecer a nossa realidade, pontualmente na questão da cana. Lá fora, pessoas quando falam sobre a Amazônia, pensam que tudo é floresta, não imaginam uma particularidade como tem Roraima, onde tem campos naturais que dá essa oportunidade sem agredir o meio ambiente. Vossa Excelência que viaja com certa intensidade, a gente também viaja, percebemos que os estudantes do Brasil não conhecem geograficamente o Brasil. O Brasil é tão grande que até jornalistas, altamente preparados, como os da Folha de São Paulo, às vezes, em suas matérias sobre Roraima, trocam a sigla por Rondônia, eles confundem mesmo, é impressionante. O jornalista para atuar na Folha de São Paulo tem que cursar uma, duas, três universidades, especializações, mestrado, doutorado, são caras realmente para os estudiosos. Os brasileiros precisam conhecer o

Brasil, em especial o Poder central que está em cada ponto do Brasil tem que se preocupar em conhecer profundamente o Brasil.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Nós sairíamos do setor da monocultura com a implantação do projeto cana no nosso Estado. Eles só alegam que a soja é importante no processo de industrialização do nosso Estado, principalmente voltado para piscicultura, avicultura, suinocultura, mas a cana tem o papel fundamental no desenvolvimento de Roraima. Quanto à PETROBRAS, um dos maiores problemas do déficit na balança comercial brasileira é a exportação de petróleo, do produto refinado, da gasolina, do diesel, temos aqui na nossa fronteira a gasolina e o diesel altamente subsidiados pela Venezuela com preço baixíssimo. Se entrarmos na produção da cana, parte dessa produção voltada para o álcool, combustível, vamos ter um produto extremamente barato, como é o caso do Mato Grosso do Sul, São Paulo, dos Estados do Sul, um produto produzido no nosso Estado com preço baixo, sairemos da prática de contrabando, com melhoras na receita do Estado, com possibilidade de geração de emprego e oportunidade para as pessoas que dependem simplesmente da folha de pagamento do Estado e dos órgãos federais. A incipiência da nossa economia na área do comércio e da indústria, ainda muito forte, não representa 16% do nosso produto interno bruto. É o apelo para elaborar um documento, convidando a Ministra para conhecer a nossa realidade, para ela ter noção dos campos naturais. É importante inserir o turismo ecológico, a Venezuela explora essa área de turismo e ganha divisas nas regiões habitadas por indígenas. Aqui é proibido, aqui não pode nada, mas os nossos irmãos indígenas precisam desse apoio para viabilizá-los economicamente, e uma das grandes saídas é o turismo. Temos a belíssima área do Uiramutã, uma das mais belas do país, que está lá esquecida. Temos Normandia, através do Caracaranã, as regiões de mata do sul, onde o dendê já começa a ser explorado, a área dos campos naturais que pode ser explorada através da produção da cana. Era esse ponto que eu queria destacar, mas que saia desta Casa um documento, esse é o papel dos Parlamentares, do Congresso. Enfim, está sendo feito, e entregue à Ministra das Relações Institucionais do nosso país, pessoa que faz política entre o Executivo e o Legislativo no Brasil, peça importante na administração da Presidenta Dilma. Será uma oportunidade rara para colocarmos aspectos que pensamos em benefício do povo de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – O pronunciamento do Deputado Joaquim Ruiz é o tempo que esgotou do aparte. Às vezes, o colega não controla o tempo e o aparte acaba sendo maior que o pronunciamento, prejudicando assim o tempo do orador. Com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, demais colegas, o que me traz hoje à tribuna é o Zoneamento Econômico-Ecológico, sobre o qual eu participei nas seis audiências que houve em todo o Estado. Então, gostaria de iniciar meu pronunciamento, parabenizando o Doutor Daniel Gianlupi, e demais profissionais do IACT pelo trabalho e dedicação durante as pesquisas e apresentações em todos os Municípios onde houve reunião. O Zoneamento Econômico-Ecológico garante aos Gestores Públicos instrumentos técnicos para planejamento e consolidação de políticas públicas, porém é preciso atentar para algumas ações que possam trazer a inviabilidade a cada região e/ou à sua totalidade no Estado de Roraima. A área total do Estado de Roraima é de aproximadamente duzentos e vinte e cinco mil quilômetros quadrados, porém doze milhões de hectares são reservas indígenas, onde muitas delas são de interesse de ONGs. Entre todas as divisões, a população do Estado de Roraima é de aproximadamente quatrocentos e oitenta mil habitantes, tem apenas dois milhões e oitocentos mil hectares para serem trabalhadas, só que quando se tiram as áreas de preservação, talvez, chegue a um milhão e setecentos mil hectares. Muitas foram essas demarcações feitas, separando os índios dos não índios em nosso Estado, e o resultado é a grande quantidade de indígenas ocupando a periferia de Boa Vista, passando necessidade. Em um passado não muito distante podemos lembrar a maneira como produtores, fazendeiros viviam, e mais tarde foram expulsos de suas propriedades, muitos hoje não têm um palmo de terra para plantar e tirar o sustento da própria família. Hoje, o que vemos na região são os próprios indígenas passando necessidade sem nenhum apoio do Governo Federal. Antes os índios viviam em harmonia com os não índios, mas hoje alguns interesses, por força, querem separar esse convívio e o nosso direito de ir e vir a qualquer hora do dia e da noite. Nesse aspecto eu posso citar a reserva Waimiri Atroari que há 40 anos faz um povo albergado no Estado de Roraima, é a maior pena de um albergue. Há 40 anos, nós somos tolhidos de

passar na reserva em horário pré-estabelecido, parece que as terras de Roraima foram vendidas há muito tempo, mas esqueceram de avisar ao povo que aqui vive, como eu disse no início, me preocupa a situação e a inviabilidade de cada Município com novas reservas que estão previstas para serem demarcadas ou ampliadas. Estou me referindo à reserva do Pirititi que atinge mais de 43 mil hectares de floresta estadual; Jauaperi com 49 mil hectares de terras, atingindo os municípios de São João da Baliza e Rorainópolis. Quero conclamar o governo do Estado, entidades de classe e cooperativas, sociedade civil, comunidades em geral e as classes políticas em todas as esferas, para deixarmos a individualidade e divergências políticas de lado para, juntos discutirmos cada ponto do zoneamento ecológico-econômico, ora em discussão, para que o povo de Roraima continue pagando por toda área demarcada. É preciso entender que os interesses de Roraima estão acima dos interesses de cada um de nós. Vamos dar o direito para que os poderes possam ter suas terras e continuem produzindo, e que os povos indígenas sejam um eterno parceiro na busca do crescimento e desenvolvimento do Estado de Roraima. Peço a todos os envolvidos nesse processo para pensar e tomar decisões coletivas com responsabilidade. A discussão do zoneamento ecológico do Estado de Roraima está apenas começando, portanto, não vamos deixar que as gerações futuras paguem pelos nossos erros. Senhor Presidente, isso é um assunto de suma importância para o Estado de Roraima, porque vai sair sua legalidade para que as terras possam realmente ser legalizadas e cada um ter o direito de sua propriedade. Temos que atentar, pois tem muita consonância no zoneamento para que sejam ampliadas a reserva do Jauaperi e essa nova reserva dos índios Pirititis, não é simplesmente uma família de indígenas que atravessou o Rio Jauaperi, aí as ONGs, FUNAI já colocaram no Mapa do zoneamento como futuras instalações. Temos que nos unir com os nossos Senadores, Deputados Federais para evitar que essa tentativa seja concedida, porque Baliza fica apenas com vinte mil e poucas hectares, e a reserva de ampliação de Caracarái que vai tolher o direito dos pescadores de praticar a pesca, seu trabalho cotidiano.

Aparte concedido ao Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Gabriel, Vossa Excelência participou das seis conferências, viveu todo esse problema, está preparado para elaborar um relatório e entregá-lo para nossa Casa, reafirma o que falei nesta Tribuna: a Ministra das Relações Institucionais estará sexta-feira. É fundamental que Assembleia Legislativa tome uma posição contrária a do pessoal do meio ambiente, pessoas ligadas às áreas indígenas e toda problemática de ampliar essas áreas dos parques estaduais e reservas já existentes em nosso Estado. E, então em Brasília, conste noção da posição da Casa Legislativa do nosso Estado, porque isso vem para Assembleia para ser votado, nós vamos tomar posições aqui que não vão agradar a todos os setores envolvidos nesse contexto. Mas é importante marcarmos nossa presença com a Ministra.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço continua. Deputado Joaquim, não sei se Vossa Excelência lembra, quando foi demarcada a área da Raposa/Serra do Sol, o Ministro, na época, Márcio Thomaz Bastos disse que era a última demarcação do Estado de Roraima, e o Ministro Tasso Genro antes de ser Governador do Rio Grande do Sul ficou quieto, como era só Roraima que estava sendo penalizado não fez nada. Agora, enquanto governador, quando os índios começaram invadir a região no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, ele reúne a bancada e consegue alguns recursos para que as terras não sejam invadidas. Peço, pois, aos nossos Deputados federais, senadores, para que esse embate de discussão em Brasília se efetive para que sejamos respeitados. Evitar que na reserva do Viruá, os mais de 300 pescadores e mais outras 50 pessoas que moram lá, sejam retirados e impedidos no direito de pescar. Grupo com mais de mil pessoas se manifestou nessas audiências, mas não tem nenhuma pessoa que os apoie. Então, vamos nos unir e pedir às nossas autoridades que façam sua parte para que em Roraima não seja tirado nenhum pedaço do seu território, caso contrário a futura geração ficará sem seu pedaço de terra para viver. Segundo Doutor Aroldo Amora nos falou, ontem, quando forem tiradas essas áreas desses 2.873 milhões de hectares, talvez sobre um milhão e setecentos e poucas hectares para produzir, considerado muito pouco para os quase 500 mil habitantes. Daqui a 10, 20 anos teremos 600, 700 mil habitantes, pouquíssima terra. Não podemos ceder nenhum pouco. Vamos conclamar os colegas para um debate aqui na Assembleia Legislativa para aprovar, com ressalva, esses interesses das ONGs e FUNAI, que só faz demarcar mais terra, sem dar assistência ao povo. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portella – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, me pronuncio

desta tribuna para repercutir a notícia publicada no bom-dia da parabólica. A forma como foi posta aqui me chamou a atenção. Eu acho que é bom partilhar com o Poder Legislativo. Abro aspas para o que está dito aqui no Bom-dia, coluna da parabólica: “a pizza está sendo preparada. Depois que os Deputados de oposição pediram uma CPI para apurar os escândalos no Instituto de Terras de Roraima, ITERAIMA, sendo apoiado até por produtores rurais, as falcatruas praticadas, parece estar se transformando em ingrediente para uma enorme e desagradável pizza. A operação está em curso. Primeiro, o Governo despachou vários secretários e até mesmo o Vice-Governador Chico Rodrigues para falar com o superintendente da Polícia Federal, os quais tudo fizeram para convencer o quê? Apesar dos errinhos em documentos, no processo de titulação de terras do ITERAIMA está tudo correto. Ao que tudo indica, parece que conseguiram em tempo. Depois o Governador Anchieta Júnior deslocou para a presidência do Instituto de Terras, o senhor Leocádio Vasconcelos, afastado da Secretaria de Estado de Saúde, após sanear as falcatruas descobertas na operação Mácula, do qual há muito tempo não se ouve mais falar pelas autoridades fiscalizadoras. Lá chegando, pelo menos Leocádio Vasconcelos foi sincero ao deixar claro em suas declarações à imprensa, que não iria apurar qualquer responsabilidade sobre as irregularidades lá apontadas. Agora, vem a pontada final para a confecção dessa imensa pizza. A convocação do exército para fazer o georreferenciamento. Tudo indica que o exército brasileiro vai se deixar ser utilizado para dar um verniz de credibilidade em algo que é irrefutavelmente imoral. É que articulado pelo Vice-Governador Chico Rodrigues, o Governo do Estado pretende encerrar o contrato com as empresas credenciadas para realizar o georreferenciamento para transferir o trabalho para os militares, conhecidos por agirem de forma correta. Anchieta Júnior e Chico Rodrigues querem com isso sinalizar, daqui para frente, que tudo será diferente. É um engodo! Ao contrário, tudo continuará como antes no quartel de Abrantes. E os especuladores poderão negociar as terras já obtidas criminosamente do Estado. E os meliantes, que tomaram de assalto o ITERAIMA, continuarão impunes como sempre?

Eu faço questão de fazer repercutir o teor do Bom-dia da parabólica. Na semana passada, manifestei desta tribuna a minha preocupação com uma instituição como o exército brasileiro entrar nessa questão. Primeiro, o contrato de georreferenciamento que tem com as empresas está vigente. Mas a proposta é cancelar e trazer o exército para continuar com o georreferenciamento. Aqui, quando aborda esse processamento dessa grande pizza, eu não sei se isso realmente está ocorrendo, mas sabe-se que, realmente, o Vice-Governador foi à superintendência da Polícia Federal, e na sua conversa com o superintendente, se ele obteve êxito, eu não posso afirmar. Mas, ele foi lá, juntamente com outro secretário, cujo nome vou preservar, e tentar convencer o superintendente de que os erros eram protocolares e que não carecia de desdobramentos maiores. Eu continuo acreditando na Instituição Polícia Federal, no Ministério Público Federal, e vamos ver o que vai acontecer. Eu sou da linha do Deputado Célio Wanderley, aqueles que estiverem errados sejam responsabilizados.

Eu já disse, vou reafirmar, é inadmissível que um cidadão de boa-fé, que recebe um título de terra assinado pelo Governador do Estado de Roraima, e depois o próprio Instituto de Terras diz que esse documento é falso. Eu já trouxe aqui um título que o cidadão me deu quando visitava um dos poderes do Estado de Roraima, foi ao ITERAIMA saber e disse: esse é um daqueles documentos, assinados pelo Governador, mas sem eficácia, não têm valor. É lamentável, quando a maior autoridade de um Estado assina um documento, e depois o cidadão descobre que aquele documento não tem eficácia.

Portanto, eu quero deixar registrado mais uma vez que essa questão é complicada. Pelo menos, Deputado George Melo, aquele que levou o documento para o Governador assinar, mas o documento é falso. Em relação a essa situação, tem que ter algum grau de responsabilidade. Não dá para se brincar com coisa séria. E a questão fundiária de Roraima é muito séria.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – É muito importante o debate nesta Casa, sobre esse assunto, quando o Deputado Flamarion colocou com muita propriedade. Ora, nós temos a Polícia Federal que está levantando isso. O exército foi convidado para fazer esse trabalho. Isso demonstra que o Governador do Estado tem boa-fé, que ele quer realmente que o ITERAIMA entre nos trilhos da seriedade. Então, vejamos o que houve de errado, e essas pessoas vão pagar por isso. Eu discordo quando Vossa Excelência fala em pizza. Isso não vai terminar em pizza.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – É o jornal que está dizendo.

O Senhor Deputado George Melo – Mas a gente sabe também que, às vezes, o jornal precisa vender e precisa manter a estabilidade porque são as más notícias que jornal jamais vende. Então, eu quero dizer a Vossa Excelência que já foi Governador e sabe que nem tudo o que se passa no Governo a gente tem os olhos em cima da questão. Vossa Excelência colocou muito bem. Eu percebo hoje uma preocupação do Governo muito séria quando traz o exército para dentro. Não é verniz. Vamos procurar ser um pouco mais realistas. O Estado do jeito que está, nem o próximo Governador vai ter êxito. Nós precisamos fazer as coisas com seriedade. E nós estamos vendo que o ITERAIMA está caminhando para isso. Então, eu gostaria de deixar registrado, dizendo que não tem pizza. Acredito que a Polícia Federal vai atrás de quem cometeu alguma irregularidade. Eu quero parabenizar Vossa Excelência por trazer ao debate, um tema tão importante para esta Casa. Acredito nas instituições e torço sinceramente para que o exército, o mais breve possível, comece a fazer esse trabalho para que as pessoas de boa-fé tenham suas terras.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Deputado George Melo, eu só quero esclarecer para Vossa Excelência que o Governador está no Governo praticamente há seis anos. Daqui a dois meses e pouco, o seu mandato vai completar seis anos. Nós sabemos que o 6º BEC está aqui regionalizadamente e nós temos bilhões, porque só na BR-174 foram gastos milhões. Aí nós temos as 401, 210, 432 etc. Por que o Governo nunca se lembrou do exército brasileiro para fazer uma dessas BRs? Por que o Governo de Roraima nunca se lembrou do exército brasileiro para fazer outros serviços? O exército sempre esteve à disposição. O 6º BEC faz obras em Rondônia para o Governo de Rondônia, para o Governo do Pará, para o Governo do Amazonas e faz obras do Governo de Roraima. Aí eu pergunto: Por que será que o exército brasileiro nunca interessou ao Governo que aí está? E agora, quando tem um problema dessa magnitude, chama o exército brasileiro. Eu concordo que é para envernizar mesmo, mascarar, porque se quisesse prestigiar o exército brasileiro, oportunidades já houve durante muitos e muitos anos. Concedo um aparte ao Deputado Brito Bezerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Flamarion, como sempre, Vossa Excelência traz para esta tribuna assuntos relevantes. Todos nós sabemos que o que houve no ITERAIMA não foram erros protocolados, nós temos indícios, mostramos aqui na Assembleia. Os jornais deram publicidades a esses fatos. Nós fomos também à superintendência da Polícia Federal, e levamos documentos. Mesmo sem provas porque, não temos essa incumbência, mas há indícios fortíssimos de irregularidades no ITERAIMA. Mas a classe política de nosso Estado, eu não vou generalizar, mas a grande maioria é inteligente. E se não são tão inteligentes, são se uma esperteza extrema. As eleições estão se aproximando, e eles sabem como fazer o certo. Não fizeram porque o errado dá dinheiro para fazer má política, agora, em 2014, como foi feito em 2010. E a boa política traz o perdão. E eles vão começar a tentar fazer algo certo já no final de seus mandatos, quando já estão com os bolsos cheios para tentar revigorar a perca política que eles tiveram durante esses três anos de desmando, agora, do atual Governo. Mas eu espero e eu sigo aquela filosofia que diz: Eu ando sempre com as malas da esperança, derramando pelas beiras. Eu tenho esperança que este Estado ainda entre num rumo. E os que maltrataram tanto sejam penalizados pelo mal que fizeram ao nosso Estado, e que continuam fazendo. Eu espero que a Polícia Federal tome providências urgentes, porque a população toda já está cobrando providências, inclusive, desta Casa, tendo em vista que nós não abrimos a CPI das terras. Então, parabéns para Vossa Excelência e que todos nós tenhamos essa consciência. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Obrigado, Deputado

Brito, agradeço os apartes, e peço perdão aos demais colegas que pediram aparte. Continuo achando que a questão fundiária é um tema importante. Todos nós sonhamos com a resolução da questão fundiária. Todos nós, independente de cor partidária, temos compromisso com Roraima, temos a nossa raiz aqui e continuamos aqui, enfim nascemos, vivemos até o final de nossos dias. Todos nós esperamos como o eixo maior, como o canal maior, a resolução das terras para que, com segurança jurídica, conseguíssemos o financiamento e então desencadear uma nova matriz econômica para sair da economia do contracheque.

Senhor Presidente, está aí, a Assembleia recebeu o complemento do seu duodécimo somente ontem, no final do mês. Os outros poderes também. E parte de servidores estão recebendo nos próximos dias, os outros servidores de empresas que só vão receber seus salários depois do dia 10. Isso mostra que em determinados momentos, já não dá mais para pagar o salário dos servidores. E a gente tem dito isso aqui, de forma muito enfática. Precisamos construir urgentemente uma nova matriz econômica para que o Estado possa efetivamente encontrar o caminho da prosperidade e bem-estar social. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos, amigas, bom dia a todos. Em nome do Senhor, dou boas-vindas a todos. Agradeço o reconhecimento do Deputado Flamarion, pela grandeza enquanto discursa. Concordo com as suas palavras, a forma verdadeira com que se pode resolver isso é punindo os culpados. Não seria eu o senhor, o dono da verdade, mas sim, aquele que erra irá pagar por eles, isso é notório. As coisas podem até tardar, mas não fálham. Como o Senhor já foi governador do Estado, muitas vezes, naquele momento lhe jogavam pedras de todas as formas. Mas quando se exerce um cargo de Governador são tantos os problemas que, às vezes, na busca de encontrar soluções, cometemos erros.

Quero parabenizar o Estado de Roraima pelos seus 25 anos de criação, justamente parabenizando em nome de uma união, através da qual está sendo, a cada dia, conquistada, aliás desde a época do ex-brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, um dos melhores e maiores líderes políticos deste Estado na época da transformação de território para Estado, criando os poderes Legislativo, executivo e Judiciário; o primeiro Governador eleito pelo voto direto do povo, grande líder, saudoso Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que lançou a grande convocação, embora sabendo que todo o estado e nação necessitariam de apoio político, ele saiu em busca da força maior, a união, colocando sempre Deus à frente das causas do Estado de Roraima, foi quando ele lançou o devocional semanal. Então, toda segunda-feira, seu secretariado e servidores se reuniam para o culto ecumênico, e desta forma foi aclamado. E com esta união, quebrando barreiras. Percebi ontem como Deputado Erci viu e outros Deputados que participam de cultos ecumênicos, ao ser dito pelos pastores falando, aqui, em nome da OMB – Ordem dos Ministros do Brasil e do Exterior, também pela Diocese de Roraima, em nome do Bispo Roque e de todos os padres. Eles mesmos falam da continuidade, da celeridade justamente do culto ecumênico às segundas-feiras não só deixando de ser realizado em órgãos públicos, mas a pedido do Governador que seja realizado nas igrejas, seja ela igreja evangélica ou católica. O importante é que essa União não faz distinção ao Senhor meu Deus, quebrando barreiras como eu ouvi, ontem, o padre Mário dizer Governador quem me dera algum dia algum católico ou padre está enfrente a igreja evangélica e hoje, estão irmanados numa só questão. Já foi dito, aqui, várias vezes, pelo pastor Elton e demais pastores que, como ele mesmo disse, como seria quando os pastores entrarem na igreja católica com tantas imagens! Hoje, há a reciprocidade nas visitas aos templos uns dos outros. É um exemplo para transpor barreiras. É, acima de tudo, a união, independente de religião, é força para Roraima crescer.

Agora sobre governos, refiro-me ao primeiro Governo de 1990, o saudoso Governador Ottomar de Sousa Pinto, eleito pelo povo roraimense. Depois veio o seu sucessor Neudo Campos, por duas vezes, houve conquistas, mesmo assim, sendo Governador do Estado. Logo após veio o novo Governador, e para nós é motivos de orgulho por estar nesta Casa, o Deputado Flamarion, Governador do Estado naquela época, e aí sucessivamente. E mais de uma vez, houve reconhecimento por mais de 67% dos votos, trazendo de volta o então Governador Ottomar de Sousa Pinto. Mas Deus o levou certamente escolhido de uma forma especial, o então vice-governador Anchieta Junior, por duas vezes, hoje à frente do Governo do Estado. Conquistas essas que só

temos que comemorar. Assim como Roraima me acolheu e acolhe gente de todo o País que, aqui, concretizam seus sonhos.

Não concordo com o Deputado Flamarion quando se referiu à questão da pizza. O destaque em todos os jornais de hoje, é a comemoração do jubileu de Prata do Governo, seja pelos 25 anos de criação do Estado. A folha de Boa Vista também destaca: Semana de Aniversário do Estado se prolongará até sábado com muitas conquistas. E, o Jornal de Roraima destaca: Jubileu de Prata marca o início das comemorações dos 25 anos de criação do Estado de Roraima. Está sendo divulgado pelo Brasil afora como no Amazônia News. Agradeço a cada um dos Governadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores e Vereadores, também a sociedade, enfim aos que acreditaram em um Estado melhor.

Quero dizer que Roraima está em primeiro lugar na frequência escolar no Brasil; é a única capital do Brasil que tem 80% de saneamento básico quase concluído, queremos dizer, que a capital de Boa Vista, onde hoje, quase 100% da população tem água potável em casa.

Percebemos com satisfação a forte união conquistada no ano passado, hoje a capital e Estado estão unidos. Agradecemos a Deus e ao povo de Roraima e correspondemos em cada um ao nosso mandato, contribuindo com projetos, pensando um futuro melhor para a sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Deputado, quero parabenizá-lo pelo discurso, colocando a importância do momento histórico do aniversário do nosso Estado, com a participação de cada Governador dentro de um contexto, onde uns investiram mais em educação, outros em infraestrutura. Mas Vossa Excelência coloca outro aspecto, o da beleza que está ficando Boa Vista com a retomada da limpeza urbana, infraestrutura, asfaltamento. O trabalho da prefeita começa aparecer, como resultado dessa união, a recuperação dos postos de saúde, a retomada do CEO que atende a parte de odontologia, que é um trabalho fantástico em benefício do povo de Boa Vista. No interior os asfaltamentos. Não podemos esquecer a bolsa solidária, enquanto o governo federal, o Lula fazia propaganda de 70 reais, o governo do Estado dá 120. Então, o Estado está de parabéns, me orgulho muito de participar desse grupo que está mostrando para o presente que o resultado virá no futuro.

O Senhor Deputado Ivo Som continua. Obrigado, Deputado Joaquim, pelo seu aparte, Vossa Excelência contribuiu muito, não só como pessoa, não só como servidor, mas também como Prefeito.

E quero dizer que só quem sabe o que é gratificante, é quando tem seu emprego digno, quase seis mil servidores foram empossados e trabalhando, isso demonstra a união entre governo, prefeitura, classe política e, acima de tudo, a grande união entre Governador Anchieta e Romero Jucá. Então, o caminho é junto, conseguir cada vez mais fortalecer a união, a política para melhorar a qualidade de vida do povo, da sociedade. Parabéns Roraima.

O Senhor Presidente Coronel Chagas - Anuncio para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 052/13, “que institui o dia estadual do empreendedor”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Decreto Legislativo nº 023/13, que concede a Comenda Orgulho de Roraima, e dá outras providências, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Decreto Legislativo nº 025/13, que concede a Comenda Orgulho de Roraima, e dá outras providências, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; da Moção de Aplausos nº 023/13, a todos os contadores e contabilistas pela passagem de sua data comemorativa, 22 de setembro, de autoria do Deputado Jalser Renier; da Moção de Aplausos nº 024/13, a todos os gaúchos pela passagem de sua data comemorativa, 20 de setembro, de autoria do Deputado Jalser Renier.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em Conjunto possam emitir parecer às referidas matérias.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, não há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Não havendo quórum regimental, transfiro a pauta da Ordem do Dia para a próxima sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não havendo nenhum Deputado que queira usar espaço para Explicações Pessoais, e mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 03 de outubro, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion**

Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanel, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Remídio Monai.

Aprovada Ata Sucinta em: 02/10/13

ATAS COMISSÕES

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,

REALIZADA DIA 23 DE OUTUBRO DE 2013.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas e vinte e oito minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas e Flamarion Portela. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, registrou a ausência dos Senhores Parlamentares Jalsen Renier e Aurelina Medeiros e em seguida solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta **Proposta de Moção de Aplausos nº 033/13**, de autoria do Deputado Flamarion Portela, “Ao Jornal Folha de Boa Vista pela passagem do seu aniversário de seus 30 anos de fundação.” **Ordem do Dia:** Mensagem Governamental de Veto nº 049/13, que “Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 010/13, de autoria do Ministério Público de Contas, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal e o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, e dá outras providências.”. Relator, Deputado Flamarion Portela. Parecer pela manutenção do Veto. Prosseguindo, o Senhor Presidente designou o Senhor Deputado Brito Bezerra para relatar a Proposta de Moção de Aplausos nº 033/13 e em seguida suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Logo após o tempo estipulado o Senhor Presidente reabriu os trabalhos e constatou na ordem d dia a Proposta de Moção de Aplausos nº 033/13. Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Relatores procederem às leituras individualmente das Proposições. Feitas as leituras o Senhor Presidente submeteu-os a discussão. Não havendo discussão, os Pareceres foram colocados em votação, sendo acatados na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Ionilson Sampaio

Presidente da Comissão.

Aprovada em: 07/11/13

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES

REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013.

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezesseis horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Joaquim Ruiz, Presidente da Comissão de Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, constatada a presença de 15 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o

Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos as seguintes Proposições: **Projeto de Lei nº 011/13**, de autoria do Deputado Jalsen Renier, que, “Dispõe sobre a instituição do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social no Sistema Estadual de Ensino Público, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 048/13**, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que, “Institui o Dia do Militar Estadual Inativo”; **Projeto de Lei nº 055/13**, de autoria do Poder Executivo, que, “Altera o Anexo I da Lei Delegada nº 8, de 16 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 056/13**, de autoria do Deputado Jalsen Renier, que, “Institui o Dia do Auditor Fiscal de Tributos Estaduais no Estado de Roraima”; e **Projeto de Lei nº 058/13**, de autoria do Poder Executivo, que, “Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Roraima-CEDDP/LGBT-RR e dá outras providências.” Prosseguindo o Senhor Presidente no uso de suas atribuições legais, designou os Senhores Parlamentares para relatarem as Proposições: ao Projeto de Lei nº 011/13, o Deputado Erci de Moraes; ao Projeto de Lei nº 048/13, o Deputado Coronel Chagas; ao Projeto de Lei nº 055/13, a Deputada Aurelina Medeiros; ao Projeto de Lei nº 056/13, o Deputado Flamarion Portela; e ao Projeto de Lei nº 058/13, o Deputado Brito Bezerra. O Senhor Presidente ao constatar a presença do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, Presidente da Comissão De Constituição Justiça e Redação Final, passou a direção dos trabalhos, nos termos regimentais. O qual em seguida, suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os pareceres. Logo após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos constatando na ordem do dia as Proposições distribuídas anteriormente. **Ordem do Dia:** 01) **Projeto de Lei nº 011/13**, Relator, Deputado Erci de Moraes. Parecer favorável. Submetido a discussão, o Senhor Relator em questão de ordem, solicitou retirada de pauta da Comissão devido a complexidade da Matéria. Acatado pela Comissão. 02) **Projeto de Lei nº 048/13**, Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer favorável com Emendas com as seguintes redações: **Modificativa** ao art. 3º– As homenagens a que se refere o art. 1º desta Lei poderão ocorrer no âmbito das corporações, individualmente ou em conjunto, em formatura solene as quais poderão ser convidadas autoridades e familiares dos Militares homenageados; **Aditiva** aditando Parágrafo único – Para a realização do evento será utilizado os meios, estrutura e recursos já existente nas referidas corporações, sem que sua realização importe em aumento de despesa. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer com Emendas foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. 3) **Projeto de Lei nº 055/13**, Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por 11 votos favoráveis, 03 contrários e abstenção do Senhor Deputado Jânio Xingú. 4) **Projeto de Lei nº 056/13**, Relator, Deputado Flamarion Portela, Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. 5) **Projeto de Lei nº 058/13**, Relator Deputado Brito Bezerra. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às dezessete horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Ionilson Sampaio

Presidente da Comissão.

Aprovada em: 07/11/13